O MONITORAMENTO ELETRÔNICO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Alecsander Samuel Fabrini Santos
Kaio Henrique Ribeiro Xavier

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Alecsander Samuel Fabrini Santos
Kaio Henrique Ribeiro Xavier

O MONITORAMENTO ELETRÔNICO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Alecsander Samuel Fabrini
S237O O MONITORAMENTO ELETRÔNICO NA ATUALIDADE BRASILEIRA
/ Alecsander Samuel Fabrini Santos. Kaio Henrique Ribeiro Xavier. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

70 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl223

ISBN: 978-65-89145-65-3

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. monitoramento-eletrônico 2. ,-pena 3. ,-direitos-humanos I. Santos, Alecsander Samuel Fabrini II. Xavier, Kaio Henrique Ribeiro III. Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl223>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2020

10.37423/2021.edcl223

Meus sinceros agradecimentos, em primeiro lugar, a Deus por me sustentar durante essa jornada. Aos meus pais, Alexandro Felipe e Andreia Fabrini que sempre me incentivaram e me deram total suporte para que eu pudesse concluir essa fase. Sou muito grato por acreditarem em mim e por todo amor. Ao meu irmão Enzo Felipe, meus avós queridos, meu tio Aleandro, minha namorada Fernanda e meus amigos do cálice. Aos professores do Curso de Direito, pelos ensinamentos e dedicação repassados aos alunos, em especial, à minha orientadora Professora Auriluce Pereira Castilho, por tanta paciência nesses últimos meses. A todos o meu muito obrigado!

Resumo: O texto normativo brasileiro que trata do direito penal e da execução da pena é visto como exemplar. Entretanto, em uma breve análise do real cenário do sistema prisional brasileiro, constata-se que este vem sendo totalmente o oposto da previsão legal. As legislações, de forma geral, conferem diversos direitos aos apenados, à exemplo, direito à integridade física e moral, à saúde e ao trabalho, porém, os estabelecimentos prisionais encontram-se superlotados, além de suportarem outras situações de difícil solução. Diante disso, é possível responder que o monitoramento eletrônico está sendo uma alternativa na atualidade Brasileira? Esta monografia tem como objetivo examinar o monitoramento eletrônico como alternativa ao cumprimento de pena privativa de liberdade no Brasil, de modo a realizar uma abordagem crítica a este sistema de cumprimento de pena. O primeiro objetivo específico define a importância dos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal Brasileira e os princípios limitadores da pena. Posteriormente, busca conhecer a fundo o sistema de execução penal e o instituto da pena, passando por contexto histórico, teorias e a finalidade da pena. Por fim, conhece o instituto do monitoramento a fundo, analisa a eficácia e a possibilidade da utilização do sistema de monitoramento eletrônico como medida cautelar diversa de prisão. Possui como metodologia a pesquisa bibliográfica através da utilização de doutrinas, artigos, textos normativos e entendimento jurisprudencial acerca da matéria, pelo método dedutivo. Por derradeiro, apresenta os aspectos históricos do mecanismo abordado e sua eficácia em outros países, verificando seu funcionamento e resultados, demonstrando tratar de um mecanismo significativo no combate, como por exemplo, da violência doméstica e da propagação da COVID-19 no sistema penitenciário brasileiro.

Palavras chave: Monitoramento Eletrônico. Pena. Direitos humanos.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM.....	8
1.1 CONCEITO	9
1.2 DOS DIREITOS RECONHECIDOS AOS PRESOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	11
1.3 OS DIREITOS HUMANOS DO PRESO NO PLANO INTERNACIONAL.	14
1.3.1 DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM.	14
1.3.2 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.	15
1.3.3 PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.	16
1.3.4 CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA).....	17
1.3.5 REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓQUIO).	18
1.3.6 REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK).....	19
1.3.7 REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE RECLUSOS (REGRAS DE NELSON MANDELA) 20	
2. PENA E EXECUÇÃO PENAL	21
2.1 DA PENA	22
2.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, EVOLUÇÃO E TEORIAS DA PENA.....	22
2.1.2 CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS.....	25
2.2 DOS DIREITOS ASSEGURADOS AOS PRESOS NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI Nº 7.210/1984).	30
2.3 ESPÉCIES DE REGIMES PENAIS.....	33
2.3.1 FIXAÇÃO LEGAL DO REGIME INICIAL DO CUMPRIMENTO DE PENA.	34
2.3.2 REGRAS DO REGIME FECHADO.....	34
2.3.3 REGRAS DO REGIME SEMIABERTO.	35
2.3.4 REGRAS DO REGIME ABERTO.	37
2.4 COMPATIBILIDADE ENTRE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.	38
3 - MONITORAMENTO ELETRÔNICO NA ATUALIDADE	39
3.1 CONCEITO	39

3.2 BREVE HISTÓRICO E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NO EXTERIOR	42
3.3 POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DO MONITORAMENTO COMO MEDIDA ALTERNATIVA	44
3.3.1 REGIME SEMIABERTO	46
3.3.2 REGIME ABERTO	48
3.3.3 PRISÃO DOMICILIAR.....	50
3.3.4 SAÍDA TEMPORÁRIA	51
3.4 MONITORAMENTO ELETRÔNICO APLICADO A CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	52
3.5 MONITORAMENTO EM TEMPOS DE COVID-19.....	54
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59
NOTAS	67

1. INTRODUÇÃO

Evidente notar que no Brasil é urgente a necessidade da adoção de medidas alternativas para o cumprimento de pena. Fato de fácil percepção, considerando as violações de direitos à integridade física e moral, à saúde e ao trabalho que ocorrem nos presídios. Diante disso, esta monografia tem como objetivo examinar o monitoramento eletrônico como alternativa ao cumprimento de pena privativa de liberdade no Brasil, de modo a realizar uma abordagem crítica a este sistema de cumprimento de pena.

Considerando este contexto, o presente estudo procura esclarecer o seguinte problema: O monitoramento eletrônico está sendo uma alternativa na atualidade Brasileira?

Preliminarmente, é possível responder que, com as inovações tecnológicas o uso do equipamento eletrônico para controlar e vigiar os presos fora dos limites do presídio mostrou-se um meio satisfatório e eficaz de controle nos países que adotaram esse procedimento, proporcionando, desta maneira, a diminuição do número da massa carcerária. Desse modo, apresenta a resposta ao problema, já que os reeducandos que cumprirem todos os requisitos legais serão postos em liberdade, via tornozeleira eletrônica para que cumpram sua pena da maneira correta, buscando a reinserção do agente ao convívio social. Podendo ser em casa com sua família, ou nas ruas, com a possibilidade do trabalho e estudo. Assim, é comprovado que com esse instituto não há desrespeito à Constituição e aos princípios norteadores.

Nesse diapasão, o objetivo geral é analisar a eficácia e a possibilidade da utilização desse sistema como medida cautelar diversa de prisão, sendo também, uma ferramenta que busca a real finalidade da pena, que é a ressocialização dos apenados.

Para tanto, a presente pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: (I) definir a importância dos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal Brasileira e os princípios limitadores da pena; (II) conhecer a fundo o sistema de execução penal e o instituto da pena, passando por contexto histórico, teorias e a finalidade da pena; (III) conhecer o instituto do monitoramento eletrônico para demonstrar a possibilidade de uso, bem como, sua eficácia.

Com relação à metodologia utilizada, destaca-se que a pesquisa possui como objeto a aplicação do monitoramento eletrônico como medida diversa de prisão. Para esse fim, faz-se necessária a adoção de pesquisa bibliográfica, utilizando diversas doutrinas, pesquisas, artigos, legislação e julgados sobre o assunto. Assim, o presente método é o dedutivo, na medida em que, em um primeiro momento se

analisa os direitos fundamentais dos homens, tanto no ordenamento jurídico Brasileiro quanto em planos internacionais, como também, o instituto da pena, para posterior análise dos meios e possibilidades em que o monitoramento será usado.

Ante todo o exposto, o primeiro assunto busca explicar o estudo dos direitos fundamentais dos homens. Primeiramente, serão determinados pontos sobre questão de terminologia, caminhando pela finalidade dos direitos em análise. Posteriormente, com mais ênfase o assunto será sobre os direitos reconhecidos especificamente aos presos, tanto no Ordenamento Jurídico Brasileiro, quanto no Plano Internacional, percorrendo as Declarações, Convenções, Pactos e Regras Internacionais firmados sobre a matéria.

Em um segundo momento o estudo analisa, inicialmente, o contexto histórico da pena, com destaque para três períodos, os quais são, vingança divina, vingança privada e vingança pública. Seguidamente, serão apresentadas as Teorias da Pena, no intuito de esclarecer quais suas finalidades. Sucessivamente, abordar-se-á suas três espécies previstas no Código Penal Brasileiro. Em continuidade, serão apresentados alguns dos principais direitos assegurados aos presos na Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Trabalhar-se-á ainda os tipos de regimes penais existentes no Brasil, expondo suas regras e condições. Por fim, um breve entendimento da compatibilidade entre o princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena.

Por fim, a sequência do trabalho é destinada ao conhecimento do monitoramento eletrônico. Passando pela sistemática, modo de operação e a finalidade, bem como, relata um breve histórico e experiências no Brasil e no mundo. A aplicação desse instituto como medida alternativa poderá ser em regimes semiaberto e aberto, na prisão domiciliar, substituição da prisão preventiva ou saída temporária. Enfim, o monitoramento eletrônico na atualidade, com medidas para a diminuição nos casos de violência doméstica e COVID-19.

1.DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM.

O primeiro tópico deste estudo aborda acerca do conceito dos Direitos Fundamentais do Homem. Primeiramente, serão comentados determinados pontos sobre a questão da terminologia, caminhando pela finalidade dos direitos em análise. Em um segundo momento, o assunto será sobre os direitos reconhecidos especificamente aos presos, tanto no Ordenamento Jurídico Brasileiro, quanto no Plano Internacional, percorrendo as Declarações, Convenções, Pactos e Regras Internacionais firmados sobre a matéria.

Norberto Bobbio (2004) declara que os direitos fundamentais são adquiridos ao longo do tempo, e que nascem quando devem ou podem nascer. Os direitos individuais assegurados na Constituição de 1988 estão elencados no artigo 5º, integrando os denominados direitos fundamentais.

Verifica-se, portanto, que a proteção dos direitos humanos encontra-se na base da Carta Magna, atuando como pilar na preservação do respeito à dignidade da pessoa humana. De modo a almejar a concretização de uma convivência igualitária e harmônica entre os seres humanos.

Sobre a temática, explica o doutrinador Norberto Bobbio (2004, p. 7):

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo.

Isto posto, dá-se início ao presente estudo com a exposição sobre os direitos fundamentais do homem, recorrendo sobre sua conceituação, finalidades, dimensões e posteriormente, sobre alguns dos direitos assegurados notadamente, à população carcerária no âmbito nacional e internacional.

1.1 CONCEITO

Conforme ensinamento do doutrinador José Afonso da Silva (2000) conceituar os direitos fundamentais não é tarefa simples, sendo uma das razões, as várias expressões utilizadas para designá-los, à exemplo: direitos humanos, direitos naturais, direitos individuais, direitos do homem, direitos subjetivos, entre outras.

Todavia, é importante ressaltar que esta dificuldade em encontrar um denominador comum na nomenclatura dos “direitos fundamentais”, não enfraquece a força normativa destes, pois, sua eficácia e efetividade independem do termo usado para os definirem.

Seguidamente, Konrad Hesse (2009) esclarece que o objetivo basilar dos direitos fundamentais é criar e preservar condições que assegurem uma vida pautada na liberdade e na dignidade humana. Além do mais, sobre a diferenciação entre direitos do homem e direitos fundamentais, elucida Canotilho (1998, p. 259, apud Siqueira; Piccirillo, 2009):

As expressões direitos do homem e direitos fundamentais são frequentemente utilizadas como sinônimos. Segundo sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: direitos do homem são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos; direitos fundamentais são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espaço – temporalmente. [...] os direitos fundamentais seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta.

Diante disso, constata-se que, a expressão que mais se coaduna neste estudo é aquela que José Afonso da Silva (2000) considera a mais adequada, qual seja, direitos fundamentais do homem, visto que, refere-se tanto aos princípios que informam sobre a ideologia política de cada ordenamento jurídico, quanto às prerrogativas a serem materializadas para uma existência igual de todas as pessoas.

Considerando o exposto, constata-se que os direitos fundamentais do homem englobam um conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos ligados à soberania do povo, garantindo uma convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, cor ou condição econômica.

Por conseguinte, em virtude do gradativo aumento do rol dos direitos fundamentais, instituiu-se a classificação destes em dimensões, no intuito de identificar o período em que surgiram no Direito e definir suas características básicas. Sendo estas dimensões diferenciadas entre Primeira Dimensão a Quinta Dimensão.

A primeira geração marcou a passagem do Estado autoritário para o Estado de direito, sendo caracterizada por liberdades individuais e absenteísmo estatal. Os direitos de primeira dimensão compreendem liberdades públicas, bem como direitos civis e políticos. Nesse cenário, o titular desses direitos é o indivíduo, tendo por isso, como traço característico, a subjetividade. (SOUZA, 2017)

A segunda dimensão traz os direitos econômicos, impulsionados pela Revolução Industrial europeia do século XIX, que, em razão das péssimas condições de trabalho, abriu espaço para reivindicações trabalhistas e normas de assistência social. Em outras palavras, diz respeito à uma geração de direitos marcada pelos direitos sociais.

Ao que concerne aos direitos de terceira dimensão, também chamados de direitos transindividuais, verifica-se que transcorreram das profundas mudanças pelas quais passaram a comunidade internacional, em consequência do desenvolvimento tecnológico e científico. Essas mudanças suscitaram alterações nas relações econômico-sociais, dando origem à novos problemas, como por exemplo, a preservação do meio ambiente e a proteção aos consumidores. Refere-se à direitos com alto teor de humanismo e universalidade. (SOUZA, 2017)

Sobre a quarta dimensão, trata de uma geração marcada por direitos relativos aos problemas éticos advindos das inovações tecnológicas, a exemplo, a biotecnologia. Ou seja, a partir deste momento, o Direito busca proteger não somente o indivíduo, mas sim, toda a espécie humana, no sentido do coletivo.

Dando continuidade ao raciocínio, observa-se que, conforme lição de José Afonso da Silva (2000) o Brasil foi o primeiro país a inserir em seu texto constitucional normas garantistas. Segundo o autor, isso ocorreu em 1824, na Constituição Imperial, onde foram previstas regras que ordenavam ao Estado e à sociedade o respeito aos Direitos Individuais.

A partir de então, novas garantias foram asseguradas como meio de proteção dos direitos fundamentais, tanto no plano interno, com a Constituição Federal de 1988, quanto no campo internacional, a exemplo, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

Ora, tradicionalmente, os direitos fundamentais são de aplicação entre Estado e particular. Entretanto, também verifica-se a presença dos direitos fundamentais nas relações entre particulares. Dito isso, e frente ao enfoque do presente trabalho, serão apresentados a seguir alguns dos principais direitos assegurados aos presos, tanto no Ordenamento Jurídico Brasileiro, quanto no Plano Internacional, de modo a ser analisada a proteção garantida pelo Estado ao particular/indivíduo.

1.2 DOS DIREITOS RECONHECIDOS AOS PRESOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Cuida-se esta parte da identificação e apresentação de alguns dos direitos assegurados à pessoa humana presentes no ordenamento jurídico brasileiro, especificamente àqueles constantes no texto da Constituição Federal de 1988.

A Constituição é a lei fundamental e suprema do Estado que traça diretrizes e fundamentos governamentais. É nela que estão assegurados direitos e garantias individuais, igualmente reconhecidos a todos, sem qualquer distinção. Isso significa que os direitos previstos na Carta Magna atingem toda coletividade, abrangendo também a população carcerária.

Sob essa premissa, merecedoras de destaque são as palavras de Kant (2011, p. 82 apud Sarlet, 2011, p. 41):

[...] no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo preço, e portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade.

O direito à dignidade humana é fundamento do Estado Democrático de Direito e da República Federativa do Brasil, como prevê o texto constitucional no artigo 1º (primeiro), inciso III, *in verbis*: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III. a dignidade da pessoa humana;”

Refere-se, desse modo, à um pressuposto, ou seja, basta o indivíduo existir para que ela se torne inerente. É certo que a dignidade humana não é um direito criado pela Constituição Federal, mas, um dado anterior à esta, tendo o ordenamento jurídico o dever de protegê-la.

O conceito de dignidade está sempre sendo reestruturado pelos doutrinadores, juristas e Tribunais. Sendo Ingo Sarlet (2011, p. 73) um dos que possuem significativa participação nesta conceituação:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem à pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável.

A dignidade humana é valor indissociável do ser humano, além de fundamento da República Federativa do Brasil, contemplando toda coletividade. Logo, ninguém pode ser privado deste direito, e qualquer violação ao princípio, atua como atentado à Constituição.

Dando continuidade, a Constituição Federal em seu dispositivo 5º (quinto), inciso XLIX, assegura o respeito à integridade física e moral. Sobre a temática, sublinha José Afonso da Silva (2000, p. 200): “Agredir o corpo humano é um modo de agredir a vida, pois esta se realiza naquele. A integridade físico-corporal constitui um bem vital e revela um direito fundamental do indivíduo.”

A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, também, valores imateriais, como os morais. Nesse sentido, prossegue o citado autor:

A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social. Ela, mais do que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-o um bem indenizável (art. 5º, V e X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome e a boa fama. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação. Daí porque o respeito à integridade moral do indivíduo assume feição de direito fundamental. (SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 18. Ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 201.)

A Carta Magna destaca o aspecto acima exposto, para proteger tanto a integridade moral, quanto a integridade física do indivíduo. Ou seja, o respeito à integridade moral e física do ser humano trata de direito fundamental, e por essa razão, a Constituição Federal prevê significativa importância à ambos.

Já o princípio da individualização da pena está previsto no art. 5º (quinto), inciso XLVI, da Constituição Federal de 1988, e dispõe que:

A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) prestação social alternativa;
- d) suspensão ou interdição de direitos.

Sobre o processo de individualização da pena, o professor Luciano de Almeida Maracajá (2013) explica que este se desenvolve em três momentos, os quais são, individualização legislativa, judiciária e executória. Para melhor compreensão da matéria, colaciona-se abaixo ensinamento do criminalista e professor Bitencourt (2012, p. 282) à respeito destas três fases:

Essa orientação, conhecida como individualização da pena, ocorre em três momentos distintos: individualização legislativa — processo através do qual são selecionados os fatos puníveis e cominadas as sanções respectivas, estabelecendo seus limites e critérios de fixação da pena; individualização judicial — elaborada pelo juiz na sentença, é a atividade que concretiza a individualização legislativa que culminou abstratamente as sanções penais, e, finalmente, individualização executória, que ocorre no momento mais dramático da sanção criminal, que é o do seu cumprimento.

Assim, torna-se possível compreender que, a individualização legislativa é a fase em que o legislador ao definir uma conduta como crime, observará a gravidade da mesma, de forma a estabelecer os patamares mínimo e máximo da condenação penal.

Posteriormente, na individualização judicial, o poder discricionário de aplicar a pena é confiado ao Juiz no momento da sentença. Neste ato, cumpre-se o que consta no artigo 59 do Código Penal Brasileiro, fixando a proporção entre o crime e a sanção penal correspondente.

Sendo que, a individualização da pena finaliza-se na fase da execução. Ou seja, no momento em que o condenado cumprirá sua condenação nos moldes estabelecidos pelo Juiz. Frisa-se que, este cumprimento dar-se-á em obediência aos preceitos constitucionais, tais como, dignidade da pessoa humana, integridade física e moral, entre outros.

Nesse sentido, destaca-se ainda o princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, descrito no inciso XXXV do art. 5º, da CF/88, o qual prevê que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Sobre este princípio, Elpídio Donizetti (2010) explica que, o órgão jurisdicional, uma vez provocado, não pode recusar-se a exercer sua função de dirimir litígios. Atuando, dessa forma, como um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

1.3 OS DIREITOS HUMANOS DO PRESO NO PLANO INTERNACIONAL.

Nos termos do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, os Tratados ou Convenções Internacionais são considerados fontes do Direito Internacional, funcionando conjuntamente com costumes e princípios gerais do Direito. (Estatuto da Corte Internacional de Justiça, 1945)

Louis Henkin (2002, p. 197 apud Piovesan, 2013, p. 107) refere-se aos Tratados como:

[...] acordos obrigatórios celebrados entre sujeitos de Direito Internacional, que são regulados pelo Direito Internacional. Além do termo ‘tratado’, diversas outras denominações são usadas para se referir aos acordos internacionais. As mais comuns são Convenção, Pacto, Protocolo, Carta, Convênio, como também Tratado ou Acordo Internacional.

Verifica-se que, os Tratados dizem respeito à expressão de consenso entre os Estados, ou seja, através do consenso são criadas obrigações legais, de maneira que, os entes internacionais, ao aceitá-las, se comprometem à respeitá-las.

Sobre o tema, Piovesan (2013) destaca que, os Tratados Internacionais são acordos juridicamente obrigatórios e vinculantes, constituindo, hoje, a principal fonte de obrigação do Direito Internacional. Isto posto, a seguir serão brevemente apresentados alguns dos Tratados firmados em prol da proteção do preso no plano internacional.

1.3.1 DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM.

O surgimento do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos começa a se desenvolver a partir da IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, em 30/04/1948, ocasião em que foi adotada a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), criando a Organização da qual fazem parte todos os 35 Estados das Américas do Norte, Central, e do Sul, e onde também se celebrou a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. (ALMEIDA, 2014)

A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem foi o primeiro documento internacional a tratar especificamente sobre direitos humanos, determinando que os Estados fortalecessem a

proteção destes direitos no plano internacional quando as circunstâncias sociais e jurídicas fossem propícias.

Composta por um preâmbulo e 38 artigos divididos em dois capítulos: um com os direitos e outro com os deveres do homem. Dentre os direitos previstos na Declaração, destaca-se para os fins deste trabalho, os artigos I, II e XVII:

Artigo I. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.

Artigo II. Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm os direitos e deveres consagrados nesta declaração, sem distinção de raça, língua, crença, ou qualquer outra.

Artigo XVII. Toda pessoa tem direito a ser reconhecida, seja onde for, como pessoa com direitos e obrigações, e a gozar dos direitos civis fundamentais. **(Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.** Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm> Acesso em 07 set. 2020.)

Importante mencionar que, além de direitos, esta Declaração também trouxe deveres em dez de seus artigos, à exemplo, dever de conviver respeitosamente em sociedade, dever para com os filhos e pais, dever de educar-se, de participar politicamente, de obedecer as leis, de prestar serviços civis e militares ao Estado, de pagar impostos, de trabalhar, entre outros.

1.3.2 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Em 10 de dezembro de 1948 ocorreu o marco histórico no processo de internacionalização dos direitos humanos, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. (PIOVESAN, 2013)

Através da análise da Declaração em comento, percebe-se que, seu objetivo primeiro é estabelecer uma ordem fundamentada no respeito à dignidade humana. O que é perceptível desde o texto de seu preâmbulo, no qual afirma que, o direito à dignidade é intrínseco à toda pessoa humana.

Nesse ponto, colaciona-se previsão da citada Declaração:

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como um ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivas tanto entre as populações dos próprios Estados–membros como entre os povos dos territórios colocados sob a sua jurisdição. **(Documento Oficial Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Disponível em <

<https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/preamble.html>> Acesso em 06 set. 2020.)

A jurista Flávia Piovesan (2013) esclarece que, a Declaração introduziu inovação ao conter uma linguagem de direitos até então inédita, elencando tanto direitos civis e políticos (arts. 3º a 21), quanto direitos sociais, econômicos e culturais (arts. 22 a 28).

Primeiramente, trata a Declaração dos direitos pessoais (os direitos à igualdade, à vida, à liberdade, à segurança, etc. — arts. 3º a 11). Em seguida, são previstos direitos ao indivíduo em sua relação com grupos sociais (direito à privacidade da vida familiar; direito ao casamento; direito à liberdade de movimento no âmbito nacional ou fora dele; entre outros — arts. 12 a 17).

Já nos artigos 18 a 21, encontra-se o terceiro grupo de direitos, referentes às liberdades civis e aos direitos políticos exercidos no sentido de contribuir para a formação de órgãos governamentais e participar do processo de decisão (liberdade de consciência, pensamento e expressão; liberdade de associação e assembleia; direito de votar e ser eleito; direito ao acesso ao governo e à administração pública).

A quarta categoria, conforme ensina Piovesan (2013) menciona os direitos exercidos nos campos econômicos e sociais, à exemplo, direitos que se operam nas esferas do trabalho e nas relações de produção; o direito à educação; direito ao descanso e ao lazer; direito à saúde; entre outros — arts. 22 a 27).

Constata-se, dessa forma, que, o principal significado da Declaração Universal dos Direitos Humanos é “consagrar o reconhecimento universal dos direitos humanos pelos Estados, consolidando um parâmetro internacional para a preservação desses direitos”. (PIOVESAN, 2013, p. 210)

1.3.3 PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.

Embora aprovado em 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos somente entrou em vigor em 1976, visto que, somente neste ano alcançou o número de ratificações necessário. Constitui-se de preâmbulo e 53 artigos. (DIAS; GORCZEVSKI, 2012)

Os direitos e as liberdades reconhecidos neste Pacto são: o direito à vida; à proibição de torturas e de penas ou de tratamento cruel, desumano ou degradante; à proibição da escravidão, da servidão e dos trabalhos forçados; o direito à liberdade e à segurança pessoal; o direito a ser tratado com humanidade em caso de privação de liberdade; o direito à liberdade de ir e vir; a proibição de expulsão arbitrária de estrangeiros; o direito a um juízo justo e à presunção de inocência, o princípio da

legalidade; o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica do ser humano; o direito ao respeito da vida privada e familiar; o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; o direito à liberdade de expressão; o direito de reunião pacífica; o direito à liberdade de associação; o direito a contrair matrimônio e a constituir família; o direito de votar, de ser eleito e de ter acesso às funções públicas; o direito à igualdade ante a lei.

Ademais, nos moldes do art. 40 do Pacto, verifica-se a determinação de que os Estados-partes encaminhem relatórios periódicos sobre as medidas legislativas, administrativas e judiciais adotadas, a fim de comprovar a implementação dos direitos elencados pelo documento, esclarecendo como está cumprindo as obrigações internacionais assumidas.

Além do sistema de relatórios, o Pacto também institui as comunicações interestatais. Por esse instrumento, um Estado-parte pode alegar haver outro Estado-parte incorrido em violação dos direitos humanos enunciados no Pacto. (Artigo 41)

1.3.4 CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA)

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, foi assinada em 1969, entrando em vigor em 1978, quando obteve 11 ratificações. (ALMEIDA, 2014)

Em seu preâmbulo, os Estados reafirmam sua intenção de consolidar um regime fundamentado nos direitos humanos e reconhecem que os direitos essenciais do homem advém do atributo de ser pessoa humana.

Em sua primeira parte, a Convenção estabelece a obrigação que os Estados-partes têm de respeitarem as normas nela previstas, além de estipular a adoção de mecanismos que visam garantir que os direitos e as liberdades individuais adotados pela Convenção sejam efetivados. Do universo de direitos garantidos, destacam-se: direito à vida; direito à integridade pessoal; direito às garantias judiciais; direito à igualdade; e direito à proteção judicial dos direitos fundamentais.

Vale observar que o Brasil foi um dos últimos a aderirem à Convenção, só o fazendo em 1992¹, período que coincide com o final da ditadura militar e consolidação da democracia no país. (ALMEIDA, 2014)

1.3.5 REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓQUIO).

As Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as Medidas não privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), nasceram como uma resposta à visão primitiva que considerava o delito como ofensa ao Estado, e empregava a severidade da pena como fator impeditivo da ocorrência de novos crimes. Havia a crença de que a pena de prisão era o mecanismo mais eficaz para penalizar a infração cometida, sem qualquer propriedade de ressocialização do infrator. (CAPPI, 2002).

Pela análise do documento, observa-se uma preocupação com a humanização da execução da pena, e o estabelecimento de diretrizes para evitar o aumento da população carcerária e, conseqüentemente, a superlotação das prisões.

Constata-se pela leitura dos princípios gerais das Regras de Tóquio² (Regras 1 a 4), orientações básicas para ampliar e facilitar a aplicação de medidas não privativas de liberdade, de modo que, as autoridades ajustem as sanções penais de forma proporcional às circunstâncias de cada delinquente.

Ademais, as Regras de Tóquio incentivam a coletividade a se envolver com o processo de justiça penal, entrelaçando, a sociedade, a vítima e o transgressor na solução do litígio, evitando, desse modo, o aumento do número de processos judiciais.

O professor Carlos Crispim Baiocchi Cappi (2002), elucida que as Regras de Tóquio estão organizadas na forma de Seções. Sendo 23 artigos, distribuídos em 08 diferentes Seções.

Na primeira seção, encontra-se além da apresentação sobre os princípios gerais, o estímulo para a utilização de medidas não-privativas de liberdade, dando destaque à necessária participação da comunidade e à importância das políticas de Justiça Penal.

Seguidamente, a segunda seção envolve as medidas não-privativas de liberdade que podem ser aplicadas na fase anterior ao julgamento. Fundamenta-se nos princípios da Presunção de Inocência e da Intervenção Mínima, visto que, apoia-se no entendimento de que a prisão é a medida mais extrema a ser tomada, somente aceitável quando absolutamente necessária.

A terceira seção refere-se aos relatórios sobre investigação social do transgressor. E para mais, elenca uma lista de medidas não-privativas de liberdade, como por exemplo, a liberdade condicional e a aplicação de penas pecuniárias.

Em continuidade, a quarta seção, expõe medidas para reduzir a duração das penas de prisão e às alternativas para a execução de sentenças. Trata-se, portanto, das medidas aplicáveis na fase posterior à sentença, dentre elas: libertação para fins de trabalho e educação, remição da pena, indulto, e etc.

Posteriormente, a quinta seção possui relação com a execução das medidas não-privativas de liberdade. Afirma que as autoridades encarregadas da execução devem orientar-se pelo princípio de que irão ajudar o infrator a não voltar a cometer delitos, de modo que, a finalidade da vigilância é reduzir a reincidência, promovendo a reintegração social do delinquente.

O objeto retratado na sexta seção é os funcionários, ou seja, discorre sobre a necessidade de treinamento adequado para os colaboradores na função que irão desenvolver.

A penúltima seção remete aos voluntários e à sociedade em geral. Isso é, como as penas não-privativas de liberdade proporcionam ao criminoso uma interação com a comunidade, o auxílio do voluntariado e da sociedade em geral, torna-se mecanismo essencial na ressocialização do infrator.

Por derradeiro, a oitava seção diz respeito à pesquisa, planejamento, formulação e avaliação de políticas criminais, demonstrando que, ao intercâmbio de conhecimento é imprescindível no momento de definir as medidas mais acertadas para o tratamento do criminoso.

1.3.6 REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK).

As Regras de Bangkok foram criadas em 2010 pela Organização das Nações Unidas (ONU), como instrumento para o desencarceramento feminino. Atuam como complemento das Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos e as Regras Mínimas das Nações Unidas sobre medidas não privativas de liberdade, feitas em 1955 e 1990, respectivamente. (FREITAS; MIRANDA; PELINSKI, 2017)

Tem como propósito considerar as múltiplas necessidades das mulheres presas. Sendo estabelecidas, no corpo do documento, regras de ingresso, registro, alocação, higiene pessoal, cuidados à saúde, atendimento médico, cuidados com a saúde mental, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, instrumentos de contenções, capacitação adequada de funcionários, priorização do contato com o mundo exterior, individualização da pena, flexibilização do regime prisional, foco nas relações sociais e assistência posterior ao encarceramento, cuidados especiais com gestantes e lactantes, estrangeiras, minorias e povos indígenas e deficientes.

As regras mencionadas estão divididas em quatro seções. Sendo a primeira seção referente à administração geral das instituições. Toma-se como exemplo as regras 6 a 18, que tratam dos serviços básicos de cuidados à saúde. Já a segunda subdivide-se em duas subseções, as quais referem-se, respectivamente, à proteção às mulheres condenadas e àquelas presas de forma cautelar. Posteriormente, na terceira seção, verifica-se instruções para aplicação das penas alternativas. E por derradeiro, são apresentadas regras voltadas ao estudo, pesquisa, planejamento e compartilhamento de informações. (FREITAS; MIRANDA; PELINSKI, 2017)

Constata-se que as Regras de Bangkok são influenciadas por princípios e garantias presentes em convenções e resoluções das Nações Unidas, estando, portanto, em conformidade com o direito internacional em vigor.

1.3.7 REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE RECLUSOS (REGRAS DE NELSON MANDELA)

As regras mínimas foram adotadas no 1º Congresso das Nações Unidas, sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, que foi realizado em Genebra, em 1955, e atualizadas no ano de 2015, no intuito de estabelecer um piso mínimo para o tratamento de presos. (AMARAL; BATISTELA, 2008)

Tem por objetivo estabelecer princípios para uma boa organização penitenciária e prática de tratamento de prisioneiros, em observância ao artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dispõe: “Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a Lei.”

Sobre sua estrutura textual, verifica-se que possui 122 artigos, e é dividida em duas partes, sendo: regras de aplicação geral e regras aplicáveis a categorias especiais. Ao que diz respeito à primeira parte, trata de instruções relativas à administração geral dos estabelecimentos penitenciários, sendo aplicável à todas as categorias de reclusos. E a segunda dispõe sobre regras aplicáveis às categorias de reclusos de cada seção.

Amaral; Batistela (2008), explicam que a finalidade das Regras de Nelson Mandela não é detalhar um sistema penitenciário sem falhas, mas sim, estabelecer preceitos para uma boa organização penitenciária, com vistas à um tratamento digno aos presos. Sob essa premissa, importante destacar que as Regras Mínimas dão significativa importância ao princípio da imparcialidade, tendo em vista que, em todo seu texto menciona que não haverá nenhum tipo de discriminação no momento de sua aplicação.

Além disso, Bastos; Rebouças (2018) expõem que, as Regras Mínimas buscam assegurar dignidade e respeito não somente às pessoas privadas de liberdade, mas também à seus familiares, tendo como finalidade principal, a reintegração social e a prevenção de reincidência dos presos.

Observa-se que, as Regras em análise, visam assegurar direitos e garantias à todos àqueles que se encontram diretamente envolvidos com o sistema penitenciário. Todavia, o que se vê na realidade atual do sistema carcerário brasileiro fere de morte não somente a Constituição Federal, mas também os acordos internacionais firmados em prol da proteção e dignidade das pessoas encarceradas. Diante disso, será abordado no próximo capítulo deste estudo análise detalhada à respeito do elemento pena e como se dá o seu cumprimento no sistema brasileiro.

2. PENA E EXECUÇÃO PENAL

Os direitos do preso vêm estampados nos artigos 41 da Lei de Execuções Penais e 38 do Código Penal, além daqueles elencados na Constituição Federal de 1988 (artigo 5º, incisos XLVIII, XLIX e L). Repita-se que, a dignidade da pessoa humana além de ser fundamento do Estado Democrático de Direito e da República Federativa do Brasil, atua como um pressuposto, ou seja, basta o indivíduo existir para que ela se torne inerente. Nesse sentido destaca Nucci (2009, p. 129): “Os direitos humanos não são atributos exclusivos de pessoas reputadas honestas ou primárias e sem antecedentes. São direitos do ser humano, onde quer que ele esteja.”

O acusado é sentenciado para cumprir uma pena, e não para expiar sua culpa. Ou seja, aplicar uma penalidade à um indivíduo é atividade estatal e deve ser pautada no princípio da dignidade da pessoa humana, tendo como finalidades a reinserção do preso no convívio social e a redução do nível de reincidência.

Dito isso, o segundo tópico deste estudo analisará, inicialmente, o contexto histórico da pena, com destaque para três períodos, os quais são, vingança divina, vingança privada e vingança pública. Seguidamente, serão apresentadas as Teorias da Pena, no intuito de esclarecer quais suas finalidades. Sucessivamente, abordar-se-á as espécies previstas no Código Penal Brasileiro. Em continuidade, serão apresentados alguns dos principais direitos assegurados aos presos na Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

Por derradeiro, trabalhar-se-á ainda os tipos de regimes penais existentes no Brasil, expondo suas regras, condições, problemáticas e possíveis soluções.

2.1 DA PENA

A história da pena se confunde com a história da própria humanidade. Em todos os tempos a pena foi vista como uma ingerência na esfera do poder e na vontade do indivíduo que ofendeu outrem. (MASSON, 2008)

O instituto da pena existe desde os tempos primitivos. Nesse sentido, observa-se que, as fases da evolução da vingança penal demonstram que não se trata de uma progressão organizada, mas sim, de algo que se desenvolveu em prol das necessidades de seu tempo e das exigências de seu povo.

2.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, EVOLUÇÃO E TEORIAS DA PENA.

O doutrinador Cleber Masson (2008) adota, para melhor compreensão do histórico da pena, um mecanismo denominado “tríplice divisão”, que divide as origens da pena em três momentos: (a) vingança divina; (b) vingança privada; e (c) vingança pública.

No período marcado pela vingança divina, a pena era encarada como castigo dos deuses para aqueles que infringissem as ordens divinas estabelecidas. Sobre o tema, esclarece Masson (2008, p. 47): “[...] para esses povos a lei tinha origem divina e, como tal, sua violação consistia numa ofensa aos deuses, punia-se o infrator para desagrar a divindade, bem como para purgar o seu grupo das impurezas trazidas pelo crime”.

Posteriormente, em virtude do surgimento de novas necessidades e do crescimento dos povos, nasce a vingança privada, atuando como uma vingança entre grupos. Sendo que, nesse momento, a lei do mais forte se sobrepõe sobre a do mais fraco. Importante mencionar que nessa fase as penas eram aplicadas sem nenhuma proporção, já que atingiam tanto a pessoa considerada culpada quanto aqueles que tinham algum vínculo com ela.

Sobre o assunto, discorre o professor Caldeira (2009, p. 261):

Após o período da reação social, ganha espaço o período da vingança privada. O corpo social cresce e começa a se dividir em grupos menores e secundários, e a ideia de vingança privada surge quando a agressão a um membro do grupo por um membro de outro grupo gera reação vingativa por parte do grupo ofendido, porém, em uma forma de vingança coletiva.

[...]

Neste período, a Lei de Talião ganhou destaque. Revela-se aqui o primeiro traço do princípio da proporcionalidade – ainda que em seu aspecto meramente formal – entre a pena e o crime, ao prescrever a máxima “olho por olho, dente por dente”.

Veja que, é na fase da vingança privada que se encontra a primeira tentativa de humanização da sanção penal, através do surgimento da Lei de Talião, a qual estabelecia um tratamento igualitário entre autor e vítima. (MASSON, 2008).

Por derradeiro, surge a fase da vingança pública. Na qual inicia-se o ideal de paz social e boa convivência. Em outros termos, a evolução das organizações sociais e o avanço da vida política trouxeram consigo comunidades maiores, com tendência à centralização do poder, de modo que a pena passou a representar um mecanismo de autopreservação.

Surge nesse cenário uma preliminar necessidade da presença de uma terceira pessoa, no caso o Estado – representante da coletividade –, para decidir impessoalmente os conflitos postos à sua presença. (MASSON, 2008)

Portanto, desde o início, a pena representa uma reação social contra os elementos que embaraçam a vida coletiva, e por essa razão, talvez a característica mais marcante da Idade Antiga não seja o estudo das fases de fundamentação da pena, mas sim, sua forma de execução.

Em continuidade, o artigo 59 do Código Penal prevê que as penas devem ser necessárias e suficientes para a reprovação e prevenção do crime, ou seja, a pena cominada deve servir como resultado justo entre o mal praticado, a conduta realizada e a prevenção de futuros delitos, sem, entretanto, ofender a dignidade humana do infrator.

A pena possui como finalidade assegurar o cumprimento das normas penais, estabelecendo penalidades proporcionais e alcançando a devida retribuição, prevenção e ressocialização do acusado.

Conforme ensinamento de Guilherme de Souza Nucci (2009, p. 58) há seis fundamentos para a existência da pena, veja:

Inicialmente, em um visão abrangente, há seis fundamentos para a existência da pena: a) denúncia: fazer com que a sociedade desaprove a prática do crime; b) dissuasão: desaconselhar as pessoas de um modo geral e, particularmente, o próprio criminoso à prática delitiva; c) incapacitação: proteger a sociedade do criminoso, retirando-o de circulação; d) reabilitação: reeducar o ofensor da lei penal; e) reparação: trazer alguma recompensa à vítima; f) retribuição: aplicar ao condenado uma pena proporcional ao delito cometido.

Dessa maneira, no momento de imposição da pena, o seu aplicador deve possuir uma visão geral do seu conceito, seus fundamentos e sua finalidade, a fim de que possa aplicá-la de forma justa. Todavia, não é tarefa simples compreender o sentido da pena, e por esse motivo, teorias foram formuladas para auxiliar na assimilação do conteúdo.

Dito isto, a seguir serão apresentadas as Teorias Absolutas, Relativas e Mistas referentes à pena, no intuito de esclarecer qual foi aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O fundamento das teorias absolutas é a tese da retribuição. Ou seja, reside na reprovação o caráter retributivo da pena, de maneira a não ter como objetivo nenhum fim socialmente útil, mas sim, a imposição de um mal determinado. (ALVES, 2013)

Ou seja, a teoria absoluta defendia a finalidade da pena voltada ao castigo do criminoso. De modo que, pouco interessava a efetiva utilidade do mecanismo. Isso quer dizer que, para a teoria absoluta, a finalidade precípua da pena é punir o infrator pelo mal provocado, no intuito de fazer com que o mesmo compreenda que está sendo punido por ter violado as normas jurídicas e, conseqüentemente, desrespeitado seus semelhantes.

Ao que concerne às Teorias Relativas, verifica-se que estas não visam a retribuição do mal pelo mal, mas, buscam pela prevenção do crime e, conseqüentemente, a segurança da sociedade.

Nas Teorias Relativas dá-se à pena um fim exclusivamente prático, notadamente, o da prevenção, sendo que para ela, o crime não seria a causa da pena, mas sim, a ocasião para aplicá-la. É importante dizer que a prevenção pode ser classificada em geral e especial, sendo que aquela é direcionada à coletividade, e esta é voltada ao agente infrator. (SANTOS, 2015)

Nesse diapasão, observa-se que, na teoria relativa, a pena, além de prevenir a ocorrência de novos crimes, intimida a sociedade, a fim de que outras pessoas não venham a cometer delitos. Diante do exposto, fica evidente que a finalidade crucial desta teoria não é a punição do criminoso, mas, a prevenção de novos crimes.

O Código Penal Brasileiro adotou a teoria mista ou unificadora da pena, haja vista que, a parte final do artigo 59 conjuga a necessidade de reprovação com a prevenção do crime, fundindo, dessa forma, as duas teorias anteriores.

Nas palavras de Cleber Masson (2008, p. 329):

A pena deve, simultaneamente, castigar o condenado pelo mal praticado e evitar a prática de novos crimes, tanto em relação ao criminoso, como no tocante a sociedade. Em síntese, fundem-se as teorias e finalidades anteriores. A pena assume um tríptico aspecto: retribuição, prevenção geral e prevenção geral.

Após esclarecer que a teoria absoluta tem como finalidade a punição do infrator, e que a relativa visa a prevenção, Mirabete (2004, p. 231) refere-se à terceira teoria com os seguintes dizeres: “Para as

teorias mistas fundiram-se as duas correntes. Passou-se a entender a pena, por sua natureza, retributiva, tendo seu aspecto moral, porém, sua finalidade não é somente a prevenção, mas também um misto de educação e correção”.

Por fim, tomando por base os dizeres do artigo 59 do Código Penal, verifica-se que há uma margem para aumento e/ou redução da pena conforme a necessidade do caso concreto, sendo todavia, instituído limites máximo e mínimo pelo legislador, deixando evidente o aspecto legalista da pena.

2.1.2 CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS.

O Código Penal prevê em seu artigo 32, três espécies de penas, as quais são: privativa de liberdade, restritiva de direito e multa. Ao que diz respeito à pena privativa de liberdade, assim conceitua o doutrinador Cleber Masson (2008, p. 614): “Pena privativa de liberdade é a espécie de sanção penal que retira do condenado seu direito de locomoção, em razão da prisão por tempo determinado.”

Nessa perspectiva, o Direito Penal brasileiro admite três tipos de penas privativas de liberdade, sendo: Reclusão e Detenção para os crimes (art. 33, caput, Código Penal) e Prisão Simples para as contravenções penais (art. 5º, I, Lei das Contravenções Penais).

Sobre a diferenciação entre reclusão e detenção têm-se que, crimes mais graves são puníveis com pena de reclusão, reservando a detenção para os delitos de menor gravidade. Consequentemente, a pena de reclusão pode iniciar seu cumprimento no regime fechado, o que jamais poderá ocorrer com a pena de detenção. Sendo somente com o descumprimento das condições impostas pelo Juiz, que o condenado poderá passar da pena de detenção para o regime fechado, através da regressão de regime. (BITENCOURT, 2012)

Nesse sentido, Masson (2008, p. 619) esclarece que é possível extrair do Código Penal quatro diferenças fundamentais entre as penas de reclusão e as de detenção, veja:

A reclusão pode ser cumprida nos regimes fechado, semiaberto ou aberto, Já a detenção, somente nos regimes semiaberto e aberto.

Em segundo lugar, no caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se aquela por primeiro (art. 69, *caput*, CP). Posteriormente, isto é, depois de executada integralmente a pena de reclusão, será cumprida a pena de detenção.

Em terceiro lugar, a reclusão pode ter como efeito da condenação a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos cometidos contra filho, tutelado ou curatelado (art. 92, II, CP). Esse efeito não é possível na pena de detenção.

E em quarto lugar, a reclusão acarreta na internação em caso de imposição de medida de segurança, enquanto que na detenção o juiz pode aplicar o tratamento ambulatorial (art. 97, *caput*, CP).

Já a pena de prisão simples não fundamenta-se sobre o rigor penitenciário, ou seja, o condenado em razão de contravenção penal, deverá cumprir a penalidade em estabelecimento especial, em regime semiaberto ou aberto, ficando desse modo, separado dos que cumprem pena de reclusão ou detenção. Destarte, veja o que diz o artigo 6º, *caput* e o §1º da Lei das Contravenções Penais sobre o tema:

Art. 6º, LCP. A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semiaberto ou aberto.

§1º. O condenado à pena de prisão simples fica sempre separado dos condenados à pena de reclusão ou de detenção.

Referente à segunda espécie de pena, encontram-se os substitutivos penais, caracterizados por processo e Rito especialíssimo, aplicados para tipos penais a que a lei denominou “infrações penais de menor potencial ofensivo”. (JESUS, 2000)

Esclarece-se que, a expressão “substitutiva” é utilizada porque, de início, a condenação é anunciada na forma de pena privativa de liberdade, sendo logo em seguida, informado pelo Magistrado sobre a substituição da pena de prisão pela pena alternativa.

Sobre os requisitos essenciais para realização da substituição de pena, assim prevê o Código Penal Brasileiro em seu artigo 44:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I. aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

II. o réu não for reincidente em crime doloso;

III. a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

§1º. (VETADO)

§2º. Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

§3º. Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável

e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§4º. A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§5º. Sobrevida condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.

Observa-se que, para que ocorra a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, é necessário o cumprimento dos pressupostos acima apresentados, de maneira cumulativa, conforme ensina Bitencourt (2012, p. 243): “A aplicação de pena restritiva de direitos em substituição à pena privativa de liberdade está condicionada a determinados pressupostos que devem estar presentes simultaneamente.”

Para mais, o Código Penal Brasileiro estabelece cinco modalidades de penas restritivas de direitos, elencadas no artigo 43, quais sejam: prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos; e limitação de fim de semana. Frisa-se que este rol é exaustivo, isso é, o Juiz não poderá, no caso concreto, determinar outra espécie de pena alternativa.

Dito isto, seguem breves esclarecimentos sobre a classificação das penas restritivas de direitos. Inicia-se com a pena referente à prestação pecuniária. Com previsão no artigo 45, §1º, do Código Penal Brasileiro, a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes, ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos (CP, art. 45, §1º, 1ª parte).

A partir da leitura do artigo, nota-se que trata de uma relação preferencial, ou seja, na ausência da vítima, os destinatários serão os dependentes, e as entidades, na falta da vítima e de seus dependentes.

Damásio de Jesus (2000, p. 141) esclarece que, para realizar a fixação do valor da prestação pecuniária, o Magistrado deverá observar os seguintes critérios:

[...]

1ª) o juiz, para fixar o quantum da prestação pecuniária, entre um e trezentos e sessenta salários mínimos, emprega o mesmo critério da aplicação da multa comum: circunstâncias judiciais do art. 59, *caput*, do CP e a situação econômica do réu (art. 60, *caput*, CP);

2ª) considera-se o mesmo sistema da fixação da multa vicariante (arts. 44, III, e 60, *caput*, do CP);

3ª) considera-se o valor do prejuízo da vítima.

A prestação pecuniária é uma pena restritiva de direitos. Logo, se o condenado não efetuar o pagamento devido, frustrando sua execução, deve ser convertida em pena privativa de liberdade, conforme dispõe o artigo 44, §4º, 1ª parte, do Código Penal: “A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.” (MASSON, 2008)

Já a perda de bens e valores consiste na retirada destes do patrimônio do condenado, em favor do Fundo Penitenciário Nacional. Seu valor terá como teto o montante do prejuízo causado ou do proveito obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática de crime (artigo 45, §3º, CP).

Instituído pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, o Fundo Penitenciário Nacional tem como finalidade destinar recursos para construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais, programas de assistência aos presos, internados e vítimas do crime. (THUMÉ, 2015)

A pena em questão, tem aplicação somente no tocante à crimes, visto que, o seu valor considera o proveito econômico obtido pelo condenado ou o prejuízo sofrido pela vítima. E trata de penalidade nitidamente confiscatória, isso significa que, apesar da retirada do bem do patrimônio do condenado, não há nenhum tipo de indenização.

Já a prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos, entre outros, em programas comunitários ou estatais (art. 46, §§ 1º e 2º, CP). Além disso, conforme preconiza o artigo 46, *caput*, do CP, esta pena somente pode ser aplicada às condenações superiores a seis meses de privação de liberdade.

As tarefas nessa modalidade além de considerar as aptidões do condenado, devem ser realizadas pelo período de 1 (uma) hora por dia de condenação, de forma a não prejudicar a jornada de trabalho (art. 45, §3º, CP).

A quarta espécie de pena restritiva de direito no rol elencado no artigo 43 é a interdição temporária de direitos. Prevista no artigo 47 do Código Penal, relaciona as seguintes sanções:

Art. 47, CP. As penas de interdição temporária de direitos são:

- I. proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo;
- II. proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público;
- III. suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.
- IV. proibição de frequentar determinados lugares.
- V. proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.

A interdição temporária de direitos concerne à proibições relativas à prática ou a execução de certos atos e a privação de certas faculdades (DOTTI, 2013). Possui previsão de conversão em privativa de liberdade na Lei de Execução Penal, artigo 181, §§ 1º, alínea 'a' e 'e', e 3º, *in verbis*:

Art. 181, LEP. A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do artigo 45 e seus incisos do Código Penal.

§1º. A pena de prestação de serviços à comunidade será convertida quando o condenado:

a) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido, ou desatender a intimação por edital;

[...]

e) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa.

[...]

§3º A pena de interdição temporária de direitos será convertida quando o condenado exercer, injustificadamente, o direito interditado ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras a e e, do § 1º, deste artigo. (Grifo nosso)

A última modalidade de pena restritiva de direitos é denominada “limitação de fim de semana”. Concerne à obrigação do condenado permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou estabelecimento adequado (artigo 48, caput, CP). Observa-se que nesta modalidade, visa evitar o afastamento do apenado do convívio social, ou seja, de suas relações familiares, sociais e profissionais.

Por derradeiro, a última espécie de pena, está elencada no artigo 32 do Código Penal, qual seja, a multa. Sobre o assunto, conceitua Cleber Masson (2008, p. 748): “É a espécie de sanção penal, de cunho patrimonial, consistente no pagamento de determinado valor em dinheiro em favor do Fundo Penitenciário Nacional.”

Nesse ponto, é importante mencionar sobre a diferenciação entre prestação pecuniária – modalidade de pena restritiva de direitos – e multa – espécie de pena –. Cleber Masson (2008, p. 748) expõe quatro diferenças básicas, as quais são: i) a prestação pecuniária constitui-se em pena restritiva de direitos, ao passo que a multa é pena pecuniária propriamente dita; ii) na prestação pecuniária o montante possui uma ordem preferencial de destinatários, e na pena de multa o destinatário é o Fundo Penitenciário Nacional; iii) na prestação pecuniária o valor pago é deduzido do total da condenação, o que não ocorre na pena de multa; e iv) a prestação pecuniária não pode ter valor inferior a 1 (um) salário mínimo, nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos, já na pena de multa calcula-se entre 10 (dez) e 360 (trezentos e sessenta) dias-multa, fixando-se cada um deles entre 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo até 5 (cinco) salários mínimos.

Consoante reiterado na argumentação exposta, o objetivo precípuo da pena é proporcionar condições favoráveis ao condenado de modo que sua reintegração social seja possível e ocorra a redução dos níveis de reincidência. Dito isso, a seguir será discorrido sobre alguns dos principais direitos assegurados aos presos na Lei de Execução Penal, esta que, anterior à CRFB/1988, todavia, já com previsão de direitos fundamentais assegurados à população carcerária.

2.2 DOS DIREITOS ASSEGURADOS AOS PRESOS NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI Nº 7.210/1984).

Os objetivos da Lei de Execução Penal (LEP) estão previstos em seu artigo 1º. Sendo o primeiro, a efetivação das disposições da sentença ou decisão criminal, e o segundo “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Para mais, a LEP também prevê em seu artigo 3º, parágrafo único, que “não haverá distinção de natureza racial, social, religiosa ou política”, resguardando, desta forma, o direito à igualdade, seguindo o preceito estabelecido no caput do art. 5º da Constituição Federal.

A Lei em estudo traz em seu artigo 5º, a classificação dos condenados, na proporção de seus antecedentes e personalidade, no intuito de auxiliar no processo de individualização da pena. Mirabete (2004) entende que a execução penal não deve ser igual para todos os presos, e que estes deverão ser submetidos à programas de execução distintos.

Além disto, também é assegurado ao preso, nos moldes do artigo 11 da LEP, seis formas de assistência, dadas nos seguintes planos: i) Assistência Material; ii) Assistência à Saúde; iii) Assistência Jurídica; iv) Assistência Educacional; v) Assistência Social; e vi) Assistência Religiosa.

No que tange à assistência material (art. 12), verifica-se que consiste no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. A LEP ainda estabelece no artigo 13 que: “O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração”.

Sucessivamente, a assistência à saúde compreende o atendimento médico, farmacêutico e odontológico (artigo 14, LEP). A assistência jurídica também possui fundamental importância, visto que, a maioria dos presos não possuem condições de constituírem advogado, e por essa razão dependem do Estado para tal providência.

Por sua vez, a assistência educacional engloba a instrução escolar e a formação profissional do preso, tendo como aliada a assistência social, que juntas amparam o preso e o internado e os prepara para retornarem à liberdade. (MIRABETE, 2004)

Por derradeiro, a assistência religiosa assegura aos presos a liberdade de culto, permitindo-lhes a participação em serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa (art. 14, LEP).

Dando seguimento ao raciocínio, eis alguns direitos do preso elencados no artigo 41 da LEP, *in verbis*:

Artigo 41, LEP. Constituem direitos do preso:

- I. Alimentação suficiente e vestuário;
- II. Atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III. Previdência Social;
- IV. Constituição de pecúlio;
- V. Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- VI. Exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- VII. Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- VIII. Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- IX. Entrevista pessoal e reservada com o advogado;
- X. Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- XI. Chamamento nominal;
- XII. Igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- XIII. Audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- XIV. Representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV. Contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Frisa-se que este rol não é taxativo, pois, existem diversos outros direitos individuais e sociais reservados aos presos, sendo alguns destes, inclusive, já abordados no presente trabalho. Os direitos citados no artigo acima estão retratados com clareza, porém, é importante uma breve abordagem sobre alguns deles, frente ao tema analisado neste estudo.

Sobre o direito ao trabalho e sua remuneração (art. 41, inc. II, LEP), importante dizer que o trabalho constitui um dos direitos sociais previstos pela Carta Magna no artigo 6º. Todavia, o reeducando, em cumprimento de pena privativa de liberdade, encontra limitação para laborar livremente, em virtude da sanção penal que lhe é imposta. Entrementes, é dever do Estado fornecer condições para que o trabalho possa ser exercido no estabelecimento prisional, com remuneração proporcional, preservando, desta maneira, a dignidade humana do preso (MIRABETE, 2004).

Seguidamente, também é reservado aos presos o direito ao exercício de atividades de cunho profissional, intelectual e artístico. A exemplo, a estruturação de meios de promoção da recreação produtiva, tais como, bibliotecas no estabelecimento prisional.

Sobre o direito de visitas, destaca-se que este possui suma importância, pois, o reeducando não deve romper laços com sua família e amigos, até porque inexistem dúvidas de que tais relações são benéficas para o apenado, em razão de fazerem-no sentir-se menos excluído da comunidade. Assim, quando for posto em liberdade, sua reinserção social acontecerá de forma mais harmônica. (MIRABETE, 2004)

Além disso, conforme mencionado, a execução penal é destinada ao processo de reinserção social do apenado. Isso é, o preso tem direito à liberdade de informação e expressão. Diante disto, ao que concerne às correspondências, Mirabete (2004, p. 125) afirma: “Os contatos que pode manter com o mundo exterior, por meio de correspondência, imprensa escrita e outros meios de comunicação, contribuem para mantê-lo informado e tem como fim fazer com que não se sinta excluído da sociedade.”

Logo, não resta dúvidas sobre a importância do preso não se sentir excluído da comunidade. De modo que, quando for colocado em liberdade, não enfrentará problemas de readaptação ao seu meio familiar e comunitário.

2.3 ESPÉCIES DE REGIMES PENAIS

Conforme trabalhado anteriormente, o Direito Penal brasileiro admite três tipos de penas privativas de liberdade, sendo: Reclusão e Detenção para os crimes (art. 33, caput, Código Penal) e Prisão Simples para as contravenções penais (art. 5º, inciso I, Lei das Contravenções Penais).

Todavia, antes de adentrar ao mérito do tema referente às espécies de regimes penais existentes, apresenta-se breve contextualização sobre a evolução dos sistemas penitenciários, esclarecendo desse modo, qual foi adotado pelo Brasil.

O primeiro a que se tem conhecimento, denominado “Sistema Pensilvânico ou Filadélfico”, possui origens datadas do ano de 1790, e caracterizava-se pelo completo isolamento do preso em cela individual, sendo vedado todo e qualquer contato com o meio exterior. Posteriormente, em 1824, dá-se início ao “Sistema Auburniano” fundamentado sobre a política do trabalho coletivo pelos reclusos durante o dia e isolamento no período da noite, além da regra do silêncio absoluto. (MORAES, 2013)

No decurso do século XIX impõe-se definitivamente a pena privativa de liberdade, através da adoção do Regime Progressivo. Este regime possui como essência o cumprimento da pena em estágios, havendo a possibilidade de progressão de um regime mais rigoroso para outro mais brando, na medida da conduta e desempenho do recluso. (BITENCOURT, 2012)

Tomando por base os dizeres do artigo 33 do Código Penal Brasileiro, nota-se que o sistema adotado pelo Brasil foi o Progressivo, visto que, o artigo citado determina que a pena deverá ser executada de forma progressiva, em consonância com o mérito do condenado, passando de um regime mais rigoroso para um mais brando.

Além disso, atentando às diretrizes do artigo 59, inciso III, do Código Penal, constata-se que caberá ao juiz da sentença estabelecer, com base na culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime, o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Nesse sentido, o Código Penal prevê no artigo 33, §1º, três hipóteses de regimes penais, os quais são: Fechado; Semiaberto; e Aberto. Isto posto, segue esclarecimento sobre as condições de cada um destes.

2.3.1 FIXAÇÃO LEGAL DO REGIME INICIAL DO CUMPRIMENTO DE PENA.

O Código Penal, em seu artigo 33, §2º, alíneas 'a', 'b' e 'c', determina que as penas privativas de liberdade deverão ser executadas de forma progressiva, segundo o mérito do condenado, e fixa os critérios para a escolha do regime inicial de cumprimento de pena, os quais são:

[...]

§2º. As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) o condenado à pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;

b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;

c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

Ademais, de acordo com o §3º do artigo 33 do Código Penal, a determinação do regime inicial de cumprimento de pena far-se-á com observância dos critérios previstos no artigo 59. Isso significa que, a escolha pelo Juiz do regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser uma junção da quantidade de pena aplicada com a análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, principalmente ao que diz respeito que a pena deverá ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

2.3.2 REGRAS DO REGIME FECHADO.

Após transitada em julgado a sentença penal condenatória, que determinou pela aplicação da pena privativa de liberdade em regime fechado, encaminhar-se-á o condenado à penitenciária, em obediência ao que dispõe o artigo 87 da Lei de Execução Penal: “A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado”.

Ao que diz respeito à espécie de regime sob análise, Bitencourt (2012) ensina sobre a obrigatoriedade do trabalho comum dentro do estabelecimento penitenciário, conforme as aptidões individuais de cada encarcerado, desde que compatíveis com a execução da pena. Sob essa premissa, ainda discorre o citado autor: “Para aqueles que cumprem pena em regime fechado, o trabalho externo só é possível ou admissível em obras ou serviços públicos, desde que, o condenado tenha cumprido, pelo menos, um sexto da pena.” (BITENCOURT, 2012, p. 228)

Após o encaminhamento do condenado à penitenciária, é expedida guia de recolhimento para a execução, haja vista, ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a mencionada guia. (Artigo 107 da LEP)

Extraída pelo escrivão, e assinada conjuntamente com o Juiz, a guia de recolhimento será remetida à autoridade incumbida da execução contendo: i) nome do condenado; ii) sua qualificação civil e o número do registro geral no órgão oficial de identificação; iii) o inteiro teor da denúncia e da sentença condenatória, bem como certidão do trânsito em julgado; iv) informação sobre os antecedentes e o grau de instrução; v) data da terminação da pena; vi) outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário (Artigo 106 da LEP).

Além do mais, o condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado será submetido à exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e individualização da execução (Artigo 8º da LEP).

O condenado, obrigatoriamente, ficará sujeito à realização de trabalho no período diurno e isolamento no repouso noturno. Sendo que, na atribuição de trabalho deverão ser consideradas a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. (Artigos 31 e 32, da LEP)

O artigo 37 da Lei de Execução Penal ainda aduz que a prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina, e cumprimento mínimo de um sexto da pena.

Importante frisar que, em razão da prestação de trabalho ou por estudo, o preso faz jus à remição de sua pena, feita à razão de um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em três dias; e de um dia de pena para cada três dias de trabalho. (Artigo 126, LEP)

2.3.3 REGRAS DO REGIME SEMIABERTO.

De início, frisa-se que, o regime semiaberto visa maior reintegração do apenado no convívio social, determinando menos limitações quando comparado ao regime fechado. Sendo que, os condenados a este regime devem cumprir a pena privativa de liberdade em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar (artigo 91 da LEP).

Podendo o condenado ser alojado em compartimento coletivo, com salubridade do ambiente. Além disso, as dependências coletivas devem ser dotadas dos requisitos básicos: i) seleção adequada dos

presos; ii) limite de capacidade máxima que atenda aos objetivos da individualização da pena. (Artigo 92 da LEP)

Ocorre que, em razão da existência de poucos destes estabelecimentos no Brasil, muitos apenados em regime semiaberto acabam cumprindo sua pena em penitenciárias, na espera de vagas em estabelecimentos adequados, em obediência à determinação contida no Código Penal.

Destaca-se ainda que, nesse regime, o condenado tem direito de frequentar cursos profissionalizantes, de 2º grau ou superior. Em continuidade, concernente à possibilidade de trabalho no regime em tela, pontua Bitencourt (2012, p. 228):

O condenado ao regime semiaberto ficará sujeito ao trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou em estabelecimento similar. Aqui, no regime semiaberto, o trabalho externo é admissível, inclusive na iniciativa privada, ao contrário do que ocorre no regime fechado.

Veja que, o serviço externo é um dos estágios de preparação para que o apenado retorne ao convívio social, de maneira a percorrer o caminho até o livramento condicional. Importante mencionar que, neste regime é desnecessário o cumprimento de qualquer parcela da pena - como ocorre no regime fechado -. Sobre essa questão, Bitencourt (2012, p. 229) faz uma ressalva: “A exigência de cumprimento de um sexto da pena verifica-se apenas quando tal benefício for concedido pela Direção do Estabelecimento Penitenciário, que dependerá também da aptidão, disciplina e responsabilidade do apenado.”

O regime semiaberto trata de um momento intermediário, que tem como objetivo permitir ao condenado, de forma gradativa o retorno à sociedade, através do estudo, do trabalho e do convívio com a família fora do cárcere.

Entretanto, conforme salienta Araújo et al. (2015), o regime semiaberto tem se apresentado com um problema em razão da falta de estrutura física e de controle dos presos que progridem para o regime, ou seja, não há acompanhamento nem sequer fiscalização dos indivíduos inseridos nesse regime.

Sobre a problemática, argumenta Araújo et al. (2012, p. 26): “Nessas condições, o semiaberto não acrescenta nada ao processo de reintegração social, sendo ainda, um desperdício de dinheiro público.”

Pois bem, é frente à este cenário que é necessário pensar em um sistema ou mecanismo que substitui o regime semiaberto pela liberdade condicional, todavia, de forma monitorada, oportunizando aos apenados uma real reintegração social. É nessa realidade que se insere o monitoramento eletrônico, objeto de estudo da presente monografia.

2.3.4 REGRAS DO REGIME ABERTO.

De acordo com entendimento de Rogério Greco (2016, p. 642) “o regime aberto é uma ponte para a completa reinserção do condenado na sociedade.” Trata-se de um regime baseado na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado. (Artigo 36, caput, Código Penal)

Seu cumprimento será realizado na Casa do Albergado (artigo 93 da LEP). No regime em questão, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga. (Artigo 36, §1º, do Código Penal)

Seguindo a regra dos dois regimes anteriores, neste a guia de recolhimento também é uma exigência. Visto que, o artigo 107 da Lei de Execução Penal determina que “ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.”

Greco (2016) explica que a peculiaridade do regime aberto diz respeito ao trabalho. Isso é, nos regimes anteriores o trabalho do preso faz com que ele tenha direito à remição. Aqui, porém, não há previsão legal para remição da pena pelo trabalho, uma vez que somente poderá ingressar nesse regime o condenado que estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente.

No entanto, a Lei nº. 12.433, de 29 de junho de 2011, incluindo o §6º ao art. 126 da Lei de Execução Penal, estabelece que o condenado que cumpre pena em regime aberto poderá remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena, observado o disposto no inciso I do §1º do referido artigo.

Portanto, constata-se que a condição para o início do cumprimento da pena ou mesmo a sua progressão para o regime aberto é a possibilidade imediata de trabalho do condenado. Sem trabalho não será possível o regime aberto. (GRECO, 2016)

Além da necessidade de estar trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo, o inciso II do artigo 114 da Lei de Execução Penal exige que o condenado apresente, pelos seus antecedentes, ou pelo resultado dos exames a que foi submetido, indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime.

2.4 COMPATIBILIDADE ENTRE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.

Inicialmente, buscando compreender quais os pilares de um processo penal efetivo, passa a discutir os direitos fundamentais em consonância com o princípio da proporcionalidade. Notadamente, ao que diz respeito à execução provisória da sentença condenatória penal, irrompem intensas discussões a respeito da compatibilidade entre esta e o princípio da presunção de inocência, consagrado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, LVII. (PAULINO, 2017)

Tomando como ponto de partida a evolução do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a temática, destacam-se duas decisões. A primeira se deu em 2009, no julgamento do Habeas Corpus nº. 84.078, no qual, por maioria de sete votos a quatro, foi decidido que, a execução provisória da pena é incompatível com o princípio da presunção de inocência.

Ocorre que, em 17 de fevereiro de 2017, a Suprema Corte, julgou o Habeas Corpus nº. 126.292-SP, decidindo sobre a possibilidade de início da execução da pena após a confirmação da sentença em segundo grau, sem que haja ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência. Para o relator do caso, Ministro Teori Zavascki, a manutenção da sentença penal pela segunda instância encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado, autorizando desse modo, o início da execução da pena.

A Constituição Federal estabelece no artigo 5º, LVII, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988). Trata este dispositivo do princípio da presunção de inocência. Acontece que, o processo penal refere-se a mecanismo que garante ao Estado uma persecução criminal eficiente e ao acusado a oportunidade de defender-se de igual maneira. (PAULINO, 2017).

Nesse sentido, entende Paulino (2017, p. 219): “Deve-se evitar uma desproporcionalidade entre os direitos e garantias fundamentais, ou seja, os direitos individuais devem ser protegidos com o mesmo rigor que se protege os direitos sociais e coletivos.”

Ainda nessa perspectiva, Rodrigo de Grandis (2015, p. 441 apud PAULINO, 2017) esclarece que a pretensão punitiva da sociedade e o direito de liberdade do indivíduo são dois valores irrenunciáveis, e por essa razão, devem ser ponderados por parte da autoridade judiciária.

Veja que a decisão proferida pela Suprema Corte no Habeas Corpus nº. 126.292-SP – citada anteriormente – preserva a liberdade do acusado através do respeito à um processo penal justo, por

meio do qual a presunção de inocência somente será afastada quando da confirmação da culpabilidade.

Dito isto, tem-se que a execução provisória das penas privativas de liberdade, não fere o princípio da presunção de inocência. Dessa maneira, não há impedimento para a execução provisória da sentença penal condenatória após findar as instâncias ordinárias, ainda que recursos extraordinários estejam pendentes. (PAULINO, 2017)

Por derradeiro, Paulino (2017, p. 226) explica: “Recursos extraordinários não possuem condão para rediscutir matéria fática, mas apenas de direito [...]”. Ou seja, visam a preservação do sistema normativo, sendo assim, é nas instâncias ordinárias que se concretiza a garantia do duplo grau de jurisdição. Logo, como o princípio da presunção de inocência está intrinsecamente ligado àquele, a execução provisória da pena após o trânsito em julgado da esfera ordinária não viola o princípio em comento.

3 - MONITORAMENTO ELETRÔNICO NA ATUALIDADE

O derradeiro capítulo busca mostrar a fundo o instituto do monitoramento eletrônico que foi inserido, no ordenamento jurídico brasileiro, pela Lei 12.258/2010, passando pelo conceito, modo de operação, histórico e experiências internacionais. O desenvolvimento tecnológico vem, para auxiliar e obter melhorias para a coletividade como um todo, em todos os aspectos. Na esfera penal, o monitoramento eletrônico de presos, tornou-se um instrumento vital para a justiça. vale ressaltar a variedade de casos em que pode ser aplicado, por isso tem se tornado tão importante.

Portanto, a aplicação do monitoramento como medida alternativa é utilizada nos regimes semiaberto e aberto, prisão domiciliar, substituição de prisão preventiva, saída temporária e medida cautelar diversa de prisão. Por fim, trata da utilização do monitoramento nos dias atuais, como em casos de violência doméstica e na pandemia do coronavírus, mostrando um grande valor para a justiça.

3.1 CONCEITO

O monitoramento eletrônico consiste na vigilância e observação diária e constante dos apenados. Sendo assim, uma medida de controle judicial concedida pelo juiz de direito. Esse sistema foi inserido, no ordenamento jurídico brasileiro, pela Lei 12.258/2010, que alterou a redação da Lei de Execução Penal (n. 7.210/1984). A mencionada norma introduziu, expressamente, no Título V (Da Execução das

Penas em Espécie), Capítulo I (Das Penas Privativas de Liberdade), Seção VI, da aludida Lei de Execução Penal (artigos 146-A ao 146-D), a possibilidade de utilização da monitoração eletrônica.

Burri (2011) define o monitoramento eletrônico, como sendo um aparelho tecnológico de supervisão acoplado em tempo integral no indivíduo e ligado a uma central de recebimento de informações, de modo que seu hospedeiro será vigiado 24 horas por dia. O monitoramento eletrônico é, em verdade, a versão moderna da pena privativa de liberdade que, hoje, é cumprida num recinto fechado, mas com o avanço tecnológico e sua incorporação na sociedade, será cumprida além dos muros, preservando a vigilância integral como se encarcerado estivesse, obviamente, com as devidas variações.

A implementação do sistema telemático objetivou proporcionar maior segurança e controle quando da saída do presidiário do sistema carcerário, servindo como um suporte eficiente de controle e vigilância do preso, beneficiado pela autorização de saída temporária ou pela concessão da prisão domiciliar.

Japiassú e Macedo (2008) ressaltam que a vigilância eletrônica tem por finalidade precípua a diminuição do contingente carcerário, pois que seria uma alternativa à pena privativa de liberdade em certos casos expressamente regulados por lei. Existem três sistemas tecnológicos de monitoramento eletrônico: o sistema passivo, ativo e o sistema de posicionamento global (GPS). Os dois primeiros visam a localizar o usuário em um determinado local. O último permite localizar o usuário aonde quer que ele esteja, em tempo real, mediante dispositivos de localização global (Global Positioning System).

No sistema ativo será conectado um dispositivo no local em que o monitorado vive, usualmente em sua residência. Um outro dispositivo será instalado no apenado, e assim, quando o apenado sair dos limites em que cumpre a sua pena, a central de monitoramento será informada. Já no sistema passivo será um pouco diferente, o vigiado portará um aparelho parecido com um celular, em que, serão feitas chamadas aleatórias, para verificar onde o apenado se encontra, devendo este estar em território pré estabelecido pelo juiz, a confirmação será feita mediante senha ou biometria.

Por fim, o mais utilizado, o sistema de posicionamento global (GPS), que tem como elementos um satélite no espaço que informa os locais por onde o monitorado passou, a central de monitoramento que recebe as informações e fiscaliza, e finalmente, os dispositivos móveis acoplados nos apenados, geralmente tornozeleiras eletrônicas. Essa sistemática traz um método mais eficaz, porque irá mostrar todos os lugares em que o apenado passou, e quando o mesmo violar seus limites, sendo por horário

ou saindo do território municipal, a tornozeleira emitirá um sinal sonoro e informará na central, sendo assim, o meio mais fácil para fiscalizar o apenado.

Burri (2011) conta que o primeiro dispositivo de monitoramento eletrônico foi desenvolvido nos anos 60 pelo psicólogo americano Robert Schwitzgebel. O Dr. Robert entendeu que sua invenção poderia fornecer uma alternativa humana e barata à custódia para pessoas envolvidas criminalmente com a justiça. A máquina consistia em um bloco de bateria e um transmissor capaz de emitir sinal a um receptor.

O monitoramento eletrônico pode ser utilizado para a obtenção de três finalidades, a detenção, restrição e vigilância. A primeira tem como objetivo manter o apenado em um lugar predisposto judicialmente, geralmente em sua casa. A restrição é utilizada para que o indivíduo não frequente certos locais, bem como, não se aproxime de vítimas e testemunhas e outros. Por fim, a vigilância irá vigiar todos os passos do monitorado, continuamente e sem restrições.

As mais diversas formas de vigilância eletrônica têm sido usadas para substituir prisões processuais, para sentenciados a uma pena curta de prisão, para prisões domiciliares, para reincidentes e substituição do restante da pena privativa de liberdade a ser cumprida, como meio de potencializar a reinserção do condenado à sociedade. (BURRI, 2011).

Río e Parente (2006) explicam que os variados modelos de monitoramento eletrônico se agrupam, basicamente, em dois distintos sistemas: o front-door system (Sistema porta da frente) e o back-door system (sistema porta dos fundos):

A forma mais comum e usual é o sistema front-door (porta da frente) que impede o ingresso do condenado ao cárcere, servindo como pena principal ou uma alternativa à pena privativa de liberdade. O Monitoramento é empregado nos casos, por exemplo, de prisão domiciliar, prestação de serviços à comunidade e suspensão condicional da pena.

O sistema back-door (porta dos fundos), por sua vez, busca reduzir o tempo de encarceramento sem implicar na redução da pena, ou seja, substitui-se o restante do cumprimento da pena privativa de liberdade (a depender do país, permite-se a substituição restando 1 ano para o cumprimento da pena privativa de liberdade) pelo sistema de vigilância. Esse sistema cresce cada vez mais entre os países adeptos da vigilância eletrônica, pois sua principal finalidade é a reinserção gradual do condenado à vida em sociedade. (COELHO, 2017)

Em suma, pode-se afirmar que monitoramento eletrônico é uma ótima alternativa tecnológica à prisão, sendo analisada e decidida pelo juiz, que terá como objetivo observar se uma determinada pessoa se encontra em local pré determinado por decisão judicial ou se ela pode se aproximar de pessoas, como as vítimas ou testemunhas e fiscaliza alguns lugares restritos pelo juízo.

3.2 BREVE HISTÓRICO E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NO EXTERIOR

O monitoramento eletrônico surgiu como uma alternativa para redução da superlotação carcerária, redução nos custos decorrentes do encarceramento e combate à reincidência criminal, diante do pressuposto explicar-se-á sobre sua utilização no Brasil e demais países.

O debate para a utilização desse instituto no Brasil surgiu nos anos 2000, visto que o sistema penitenciário era extremamente precário, vindo de diversas rebeliões, como a do carandiru e a megarrebelião, ocorridas em 1992 e 2001, respectivamente. O massacre do Carandiru foi o maior massacre em penitenciárias ocorrido no Brasil e a megarrebelião se tornou um marco, visto que 29 presídios de São Paulo se rebelaram simultaneamente, ocasionando a morte de 16 pessoas e dezenas de feridos. Somado as rebeliões, a superlotação nos presídios, que possuía mais de 230 mil presos foram o fator chave para incluir esse instituto no ordenamento jurídico brasileiro. (CORREIO BRAZILIENSE, 2017)

De acordo com Burri (2011), o sistema de monitoramento eletrônico é um assunto ainda tímido no Brasil comparado aos países estrangeiros em que se discute tal alternativa à pena privativa de liberdade desde os anos 80. O Congresso Nacional somente começou a debater a questão a partir de 2007, com algumas propostas de lei, mas foi apenas no presente ano de 2010 que a casa legislativa aprovou a medida e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 15 de junho, a Lei 12.258.

Em 2011 com a lei 12.403 o monitoramento eletrônico foi reconhecido e introduzido como medida cautelar diversa de prisão. Sendo possível a aplicação na fase processual podendo substituir a prisão preventiva pelo monitoramento, bem como, em fase de execução, podendo conceder saída temporária e outras medidas alternativas.

Desde então, se discute no Brasil a eficácia desse novo tema, conforme explica Scheffer (2011), as medidas cautelares justificam-se na medida em que no inquérito ou na instrução processual ainda não há a convicção do cometimento do crime pelo suspeito e com isso podem-se cometer grandes injustiças. Nesse sentido o uso da monitoração como medida cautelar além assegurar o princípio da

inocência também representaria um avanço no princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88).

Com pensamentos opostos, Prudente (2012, p.156) afirma que a visibilidade de tornozeleiras ou pulseiras eletrônicas pode gerar estigmatização, chegando mesmo a representar um risco de segregação de monitorados nas comunidades em que vivem, e por essa razão é fundamental que os aparelhos sejam discretos e passíveis de ser escondidos pelas vestimentas do monitorado.

Portanto, o monitoramento eletrônico no Brasil trouxe diversos debates sobre sua eficácia, diante de tantos posicionamentos, é possível dizer que o monitoramento se instaurou com o intuito de melhorar um sistema penitenciário falho e buscar a finalidade da pena, que é reinserir o apenado à sociedade.

As experiências internacionais começam nos Estados Unidos, pioneiros do monitoramento eletrônico, em meados de 1960, com o desenvolvimento de tal dispositivo, porém, de acordo com John Howard, somente em 1983, o Juiz Love sentenciou o primeiro criminoso a usar o monitoramento eletrônico. A partir de então, muitos Estados Norte-Americanos seguiram os passos do magistrado e começaram a determinar o uso do monitoramento em suas jurisdições de modo que, em 1988, já haviam 2.300 condenados usando o dispositivo de supervisão. Passados dez anos, o número de monitorados chegou a ser de 95.000 (noventa e cinco mil) pessoas nos Estados Unidos. (RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, 2007)

Outros países também adotaram esse inovador sistema eletrônico, a França relata o primeiro uso em meados de 1989, o monitoramento eletrônico foi mencionado em um relatório sobre a modernização do serviço público penitenciário entregue ao Garde des Sceaux e ao Primeiro Ministro francês pelo Senador Gilbert Bonnemaizon, que previa a aplicação do monitoramento eletrônico tanto como modalidade de detenção provisória quanto modalidade de execução de penas de curta duração e de semi-liberdade, conforme demonstra Machado (2009).

Atualmente, para ter direito ao monitoramento é preciso comprovar residência fixa, além de linha telefônica e atestado médico que comprove que o indivíduo está apto a utilizar bracelete ou tornozeleira eletrônica. Bem como, é feita uma pesquisa pessoal, para aferir o comportamento, o meio em que vive e a família e depois disso ser deferido.

Na Inglaterra e País de Gales foi implantado em 1994, através de projetos e experimentos, que se mostraram positivos e satisfatórios, sendo em 1999 aplicado em todo o território. Na Inglaterra, fatores parecidos com o Brasil foram importantes para a implantação, como a superlotação nas prisões

e a necessidade de redução de custos. Desde a introdução do monitoramento, o número aproximado de monitorados é de 70 mil, conforme Reis (2004).

Na Argentina esse sistema teve um marco, sendo o primeiro país latino-americano a utilizar o monitoramento eletrônico de presos em seu sistema prisional, tendo como objetivo a detenção de presos provisórios em suas próprias casas. Mariath (2007) informa que o sistema é recente, contando o programa com cerca de 300 pessoas, e que o seu custo operacional gira em torno de 50% do valor gasto com o preso recluso em penitenciárias.

Assim, o monitoramento vem evoluindo historicamente em todos os países, há de se ressaltar que as experiências em todo o mundo são analisadas e discutidas para que haja um sistema sólido, com falhas mínimas, para que seja produtivo e indispensável nos dias atuais.

3.3 POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DO MONITORAMENTO COMO MEDIDA ALTERNATIVA

Conforme já explanado, o desenvolvimento tecnológico vem, para auxiliar e obter melhorias para a coletividade como um todo, em todos os aspectos. Na esfera penal, o monitoramento eletrônico de presos, tornou-se um instrumento vital para a justiça. vale ressaltar a variedade de casos em que pode ser aplicado, por isso tem se tornado tão importante.

Dela-Bianca (2011) denota a importância que ganham os meios alternativos face ao encarceramento. Desta forma, o investimento em penas alternativas mostra-se imprescindível, na medida em que desafoga as cadeias, não constrange o preso de menor periculosidade ao cárcere, e ainda representa economia aos cofres públicos.

De acordo com Garcia (2015), a lógica é recuperar os indivíduos e reinserí-los aos poucos novamente na sociedade para que não volte mais a delinquir. Outro objetivo do sistema é manter os criminosos de maior periculosidade nos regimes mais rigorosos e separados dos demais que cometeram crimes de menor potencial ofensivo.

Dela-Bianca (2011), ressalta que as medidas alternativas à pena de prisão assumem relevante papel no contexto do ordenamento jurídico brasileiro e mundial. Isto porque, tais medidas cumprem, efetivamente, a finalidade preventivo-especial, evitando o contato de preso de menor periculosidade com criminosos mais experientes, contribuindo para desafogar as prisões.

Portanto, a aplicação do monitoramento como medida alternativa é utilizada nos regimes semiaberto e aberto, prisão domiciliar, substituição de prisão preventiva, saída temporária e medida cautelar diversa de prisão.

Nos regimes semiaberto e aberto que estão elencados na LEP que será explanado a seguir, a utilização como alternativa se dá pela falta de infraestrutura disposta pelo Estado. Visto que os condenados que cumprem esses regimes já cumpriram uma parte de sua pena e se mostraram responsáveis, não é justo cumprirem suas penas em prisões, juntamente com presos mais violentos, a progressão no convívio social deve ser feita gradativamente. Assim, o condenado poderá retomar a sua vida com trabalho e estudo, utilizando a tornozeleira eletrônica que irá monitorar todos os seus passos. Em regra, os monitorados ficarão recolhidos em suas residências na parte noturna, bem como, feriados e finais de semana.

Os casos de prisão domiciliar auxiliam os condenados que estão em situações especiais, a cumprir pena em casa. Eles ficam literalmente presos em suas residências, podendo sair apenas com autorização judicial. A prisão domiciliar será imposta quando, for maior que 80 anos, possuir doença grave, gestantes a partir do sétimo mês, gravidez de risco, entre outros. Portanto, os presos domiciliarmente cumprem a pena mediante tornozeleira eletrônica, que delimita e informa se o apenado descumpriu alguma das regras. (BATISTA, 2018)

Já nos casos de substituição a prisão preventiva, o juiz pode usar essa ferramenta para colocar o acusado em liberdade, quando o acusado ostentar bons antecedentes, residência fixa, e também dar a chance de conviver em sociedade. Buscando respeitar os direitos do acusado para que não ocorram violações de direito. O réu não pode atrapalhar a investigação, tampouco, o andamento do processo. Assim, a tornozeleira será utilizada para vigiar seus passos. Assim, a saída temporária é prevista na lei de execução e é um direito do apenado, sendo concedida aos presos que ostentam bom comportamento e que já cumpriram $\frac{1}{6}$ da pena. em casos de réu primário, e $\frac{2}{5}$ para reincidentes. Um grande exemplo são os finais de ano, quando os apenados são liberados, desde que atendam os requisitos, assim, são liberados para passar o fim de ano em casa com a família. Vale ressaltar, que serão liberados mediante monitoração eletrônica, para garantia de cumprimento. (PRADO, 2016)

Por fim, o uso na medida cautelar diversa da prisão está prevista na lei 12.403/11 com o intuito de desafogar o sistema penitenciário, se faz presente no Art. 319 da referida lei que trata das medidas diversas de prisão, mais precisamente no inc IX a seguir:

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: [...]

IX - monitoração eletrônica. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Como previsto no Art. 319 do CPP, as medidas se estendem também à fase de inquérito policial e durante a instrução processual. As medidas serão decretadas no curso da investigação criminal, somente mediante provocação (representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público) e, com o início da ação penal, de ofício ou a requerimento das partes (art. 282, § 2.º, do CPP). Assim, o monitoramento tem como possibilidade todos os casos elencados acima.

3.3.1 REGIME SEMIABERTO

No caso de pena de detenção, iniciarão, desde logo, o cumprimento em regime semiaberto os não-reincidentes condenados a pena superior a quatro anos e os reincidentes (art. 33, caput, segunda parte do Código Penal - CP). Bem como, o Artigo 35 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, traz:

Art. 35 - Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, caput, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto.

§ 1º - O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

§ 2º - O trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

A execução penal é um procedimento que se destina a aplicação da pena ou da medida de segurança que foi fixada pela sentença. Trata-se de processo autônomo que é regulamentado pela Lei nº 7.210/1984, o qual servirá para acompanhar o cumprimento da pena e da concessão de benefícios do apenado (TAVÁRO, 2011).

A LEP (Lei nº. 7.210/84) nos artigos 91 e 92 dispõe a forma adequada para o cumprimento do regime semiaberto:

Art. 91. A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

Art. 92. O condenado poderá ser alojado em compartimento coletivo, observados os requisitos da letra a, do parágrafo único, do artigo 88, desta Lei. Parágrafo único. São também requisitos básicos das dependências coletivas:

a) a seleção adequada dos presos;

b) o limite de capacidade máxima que atenda os objetivos de individualização da pena (BRASIL, 1984, online).

O regime semiaberto é um dos meios utilizados como cumprimento da pena imposta ao réu, a qual é cumprida em colônias agrícolas ou industriais ou em instituições equivalentes. Nesse regime, o réu é

autorizado a deixar a unidade prisional durante o dia para trabalhar, devendo retornar no período noturno, local onde deve permanecer até a manhã seguinte (ALVES, 2013).

Porém, no Brasil, inúmeras comarcas em não possuem esse tipo de estabelecimento, fazendo com que os sentenciados do regime semiaberto cumpram pena na forma do regime aberto, isto é, possibilitando ao condenado ir trabalhar fora durante o dia e voltar à noite para casa do albergado ou outro estabelecimento adequado, possibilitando a prática de novos delitos e até facilitando a fuga do sistema prisional.

Assim, comarcas que não possuem colônia agrícola, industrial ou similares necessitam tomar medidas cabíveis para não colocar em risco a sociedade, bem como, para atingir a finalidade da pena. Por isso, a utilização da monitoração eletrônica de presos é necessária. A comarca de Itumbiara no Estado de Goiás teve a Portaria 03/2018 disposta Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, pelo Juiz de Direito Flávio Fiorentino de Oliveira a primeira medida para solucionar o problema acima exposto, Portaria essa que foi revogada, dando vigor a Portaria 01/2019, que dispõe as condições a serem seguidas:

Art. 3º. São condições a serem seguidas pelas pessoas sujeitas ao monitoramento eletrônico em regime semiaberto:

I – Apor assinatura e manifestar concordância com as regras para o recebimento do Termo de Monitoramento da Central de Acompanhamento e Fiscalização;

II – Recolher-se em residência, de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido de 20:00h às 06:00h do dia seguinte, totalizando 10 (dez) horas diárias de recolhimento, e aos finais de semana e feriados em tempo integral, à exceção de urgência ou emergência devidamente justificada e comprovada nos autos de execução penal no prazo de 48 h;

III – Juntar no processo de execução penal, no prazo de 48h, contado da sua intimação para cumprimento de pena no regime em tela, de cópia da carteira de identidade, números de contatos telefônicos através dos quais poderá ser encontrado e de comprovante de endereço atualizado, no qual deverá efetivamente residir e não se mudar sem prévia comunicação a este Juízo;

IV – Não se ausentar dos limites territoriais da comarca sem prévia autorização judicial;

V – Comparecer, no prazo de 24 h, contado da sua intimação, à Central de Monitoramento Eletrônico desta comarca, a fim de ser procedida a instalação do aparelho eletrônico, sob pena de decretação de sua prisão;

VI - Receber visitas do agente responsável pela monitoração eletrônica, respondendo a seus contatos e cumprindo as obrigações que lhe foram impostas;

VII – Abster-se de qualquer tipo de comportamento que possa afetar o normal funcionamento da tornozeleira eletrônica, especialmente atos tendentes a remover o equipamento, a desligá-lo ou dificultar a transmissão das

informações para a Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica, causar estragos ou permitir que outrem o faça, sob pena instauração de inquérito para apuração do delito de dano (artigo 163, inciso III, do Código Penal), sem prejuízo de eventual regressão de regime, inclusive de forma cautelar;

VIII – Recarregar diariamente a tornozeleira, de forma correta, conforme orientação da equipe de instalação, de forma a mantê-lo ativo ininterruptamente, e informar, imediatamente, à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica se detectar falhas de funcionamento no equipamento;

IX – Comparecer de forma imediata, quando convocado, à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica;

Portanto, as comarcas e magistrados têm o dever de se adequarem as medidas alternativas ao cumprimento de pena. Em decisão proferida pelo Juiz de direito Roberto Neiva Borges nos autos 0405704-74.2016.8.09.0087, da 1ª Vara criminal de Itumbiara, TJGO, concedendo a progressão de regime ao reeducando ADRIANO MATIAS, transferindo-o do regime fechado para o regime SEMIABERTO, mediante as condições impostas na portaria acima citada, publicada em 06 de Novembro de 2020. Nesse sentido, o monitoramento será uma saída para o Estado, pois a infraestrutura exigida em lei não é correspondida.

3.3.2 REGIME ABERTO

Seu cumprimento será realizado na Casa do Albergado (artigo 93 da LEP). No regime em questão, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga. (Artigo 36, §1º, do Código Penal)

Conforme os ensinamentos do Luiz Regis Prado (2012, p. 279): O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado. O cumprimento da pena privativa de liberdade é feito, em tese, em casa de albergado.

Desta forma, o prédio desta deverá situar-se em centro urbano, separado dos demais estabelecimentos, e caracterizar-se pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga, devendo conter, além dos aposentos para acomodar os presos, local adequado para cursos e palestras, bem como instalações para os serviços de fiscalização e orientação dos condenados.

O regime aberto apresenta o mesmo problema do regime semiaberto, um problema estrutural, visto que as casas de albergado em que os apenados deveriam cumprir suas penas em muitas comarcas não existe. Assim, os magistrados devem tomar medidas para que a pena seja cumprida, o monitoramento eletrônico também é utilizado nesses casos. Conforme a portaria 01/2019 de Itumbiara acima

mencionada, o monitoramento de presos será utilizada também no regime aberto. Porém, como o regime aberto é mais brando, os apenados poderão sair nos finais de semana, devendo recolher em seu recinto na parte noturna, segue as condições impostas para esse regime.

I – Apor assinatura e manifestar concordância com as regras para o recebimento do Termo de Monitoramento da Central de Acompanhamento e Fiscalização;

II – Recolher-se em residência, todos os dias da semana, inclusive feriados, no período compreendido das 20:00h às 06:00h do dia seguinte, totalizando 10 (dez) horas diárias de recolhimento, à exceção de urgência ou emergência devidamente justificada e comprovada nos autos de execução penal no prazo de 48h;

III – Juntar no processo de execução penal, no prazo de 48h, contado da sua intimação para cumprimento de pena no regime em tela, de cópia da carteira de identidade, números de contatos telefônicos através dos quais poderá ser encontrado, e comprovante de endereço atualizado, no qual deverá efetivamente residir e não se mudar sem prévia comunicação a este Juízo;

IV – Não se ausentar dos limites territoriais da comarca sem prévia autorização judicial;

V – Comparecer, no prazo de 24h, contado da sua intimação, à Central de Monitoramento Eletrônico desta Comarca, a fim de ser procedida a instalação do aparelho eletrônico, sob pena de decretação de sua prisão;

VI- Receber visitas do agente responsável pela monitoração eletrônica, respondendo a seus contatos e cumprindo as obrigações que lhe foram impostas;

VII – Abster-se de qualquer tipo de comportamento que possa afetar o normal funcionamento da tornozeleira eletrônica, especialmente atos tendentes a remover o equipamento, a desligá-lo ou dificultar a transmissão das informações para a Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica, causar estragos ou permitir que outrem o faça, sob pena instauração de inquérito para apuração do delito de dano (artigo 163, inciso III, do Código Penal), sem prejuízo de eventual regressão de regime, inclusive de forma cautelar;

VIII – Recarregar diariamente a tornozeleira, de forma correta, conforme orientação da equipe de instalação, de forma a mantê-lo ativo ininterruptamente, e informar, imediatamente, à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica se detectar falhas de funcionamento no equipamento;

IX – Comparecer de forma imediata, quando convocado, à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica;

Em recurso julgado pelo TJDF, pode comprovar que tal meio é utilizado como alternativa:

HABEAS CORPUS COLETIVO. ORIENTAÇÃO ATUAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA. DETERMINAÇÃO DOS POSSÍVEIS BENEFICIADOS. ROL MÍNIMO DE PACIENTES INDIVIDUALIZADOS. SITUAÇÃO JURÍDICA ANÁLOGA. DISCUSSÃO EM TESE. CABIMENTO. POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA MEDIDA. ART. 580, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APENADOS EM REGIME ABERTO. MONITORAÇÃO POR TORNOZELEIRA

ELETRÔNICA. LEGALIDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Na esteira da atual

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, retratada no julgamento do HC 143.641/SP, de 20/02/2018, a Defensoria Pública integra o restrito rol de legitimados à impetração de habeas corpus coletivo, cujo cabimento depende de uma individualização mínima dos possíveis beneficiários da medida pleiteada, sem prejuízo de eventual extensão da ordem concedida a outros em situação jurídica análoga, nos termos do art. 580, do CPP. 2. No caso, os pacientes apontados no writ, num total de 23 sentenciados em cumprimento de pena no regime aberto, foram todos individualizados, tanto que as informações da autoridade coatora vieram de forma particularizada, instruída com documentação específica de cada um deles. 3. Não há ilegalidade na imposição de monitoração eletrônica por tornozeleira aos condenados em cumprimento de pena em regime aberto e prisão domiciliar, dada a inexistência de casa de albergado no Distrito Federal, haja vista a existência de previsão legal e a justificada necessidade de vigilância estatal para que se cumpra, com efetividade, as condições desse regime de pena. 4. Ordem conhecida e denegada. CONHECIDO. DENEGOU-SE A ORDEM. UNÂNIME. (BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, HC 143.641/SP, 3ª Turma Criminal. Relator: JESUINO RISSATO. Julgado dia 08/11/2018, publicado no DJE: 09/11/2018, 2020.

Portanto, os condenados progredindo para o regime aberto tem como possibilidade de cumprimento o uso de tornozeleira, sendo uma solução para a falta de estrutura nas comarcas.

3.3.3 PRISÃO DOMICILIAR

A prisão domiciliar prevê a possibilidade do cumprimento de pena do acusado em sua residência, a partir da Lei 12.403/2011, que alterou o Código de Processo Penal brasileiro, passou-se a permitir que presos provisórios pudessem ser recolhidos em regime domiciliar, nas seguintes hipóteses:

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Portanto, percebe-se que a legislação prevê a possibilidade de regime domiciliar sendo mais usual na prisão preventiva, sendo menos comum na execução da pena, visto que o apenado já foi condenado, devendo sempre levar em conta a periculosidade do agente.

Como já exposto, a prisão será domiciliar, devendo o réu cumprir as regras impostas pelo juiz, devendo ficar em sua residência e podendo sair apenas com autorização judicial. Vale ressaltar que a prisão domiciliar em si não tem fiscalização, pois não existe uma monitorização contínua do réu. Assim, mais uma vez, o monitoramento vem para dar suporte a essas medidas. Os presos domiciliarmente ficaram sujeitos ao monitoramento, para a fiscalização total e contínua de seus passos.

3.3.4 SAÍDA TEMPORÁRIA

A Lei de execução penal, traz a possibilidade de autorização de saída temporária para sentenciados que cumprem pena no regime semiaberto. Essa saída é um mecanismo de ressocialização, um voto de confiança para o réu, no qual ele estará regressando ao mundo externo e para os cuidados de sua família, devendo assim cumprir todas as regras impostas pelo juiz. A lei prevê cinco saídas ao ano, podendo durar até 7 dias. Geralmente são concedidas em datas especiais, como natal e ano novo, dia das mães, pais, entre outros. Assim, o art 122 prevê:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I - visita à família;

II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Vale ressaltar que nem todos os presos podem ter esse benefício, qualquer falta disciplinar será prejudicial a saída temporária, quando praticada falta leve ou média deverá cumprir uma reabilitação no prazo de 30 ou 60 dias, nos casos de falta grave, o condenado perde esse benefício, sem contar que o acusado será regredido para o fechado. Bem como, deve cumprir o mínimo de 1/6 da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente, disposto pelo Art 123 da LEP.

Visto que a saída temporária é concedida para os presos sem fiscalização efetiva, não sabendo por onde esses cidadãos irão passar, o Senador Davi Alcolumbre afirma que o percentual de condenados que não retornam aos presídios é pequeno. Geralmente, são indivíduos que praticaram crimes mais graves ou com violência, por isso a necessidade das tornozeleiras. Assim, mais uma vez o monitoramento será uma alternativa para a justiça, com monitoração total durante essas saídas.

3.4 MONITORAMENTO ELETRÔNICO APLICADO A CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência contra a mulher é um assunto de suma importância nos dias atuais, a lei Maria da Penha busca incessantemente um basta nas violências sofridas por mulheres. Geralmente, esses criminosos possuem uma relação de convívio com a vítima, sendo, marido, namorado, pai, irmão, entre outros. Mesmo sendo um tema bastante discutido, a violência doméstica só aumenta, com a pandemia, as vítimas ficaram fadadas ao confinamento com os parceiros violentos, ficando mais tempo com o parceiro a chance de brigas ocorrerem se tornam maiores, e consequentemente aumentam os casos de em todo o mundo.

Segundo especialistas, a convivência intensa, a tensão do momento e o próprio isolamento social, longe de parentes e amigos, contribui para que o número de casos de violência doméstica aumentem ou piorem. Mas os casos notificados ainda estão bem abaixo da realidade, afirma Marisa Gaudio, diretora de Mulheres da OAB-RJ. (O GLOBO, 2020)

Alguns estados brasileiros divulgaram dados preocupantes acerca do aumento de casos na pandemia, no Rio de Janeiro, segundo dados do TJRJ desde março, as denúncias por violência doméstica e familiar aumentaram em 50%, já em São Paulo, o Núcleo de gênero em parceria com o Centro de ajuda operacional Criminal do Ministério Público paulista uma nota em que mostra aumento de 30% das medidas protetivas de urgência relativo aos meses de fevereiro e março de 2020 e 51,4% de prisões em flagrante comparado ao ano anterior.

Para que haja melhorias e soluções para esse problema, é necessário compreender os tipos de violências, para isso, a lei Maria da penha dispõe em seu Art 7º:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional [...];

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou 18 manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos

de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Portanto, para proteger a mulher nesses casos, a lei 11.340 traz as medidas protetivas de urgência como ferramenta para sua proteção e de sua família. Tal medida pode ser requerida pela vítima perante a autoridade policial ou no Ministério Público, que encaminhará o requerimento ao Juiz. Visto o caráter urgente, o juiz possui 48 horas para tomar as medidas cabíveis. Constatada a prática de violência, as partes deverão ser intimadas para cientificar suas condições. Assim, o Artigo 22 da referida lei destaca:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação (Brasil,2006).

Todavia, mesmo com todas essas medidas não há solução eficaz para o problema, os agressores descumprem essas regras, pois não há como comprovar em tempo real onde o acusado está, com isso, continuam ameaçando as vítimas, ofendem a integridade e muita das vezes acabam as assassinando. desse modo, o monitoramento eletrônico se torna uma ferramenta útil e necessária para tais casos. O ato conjunto nº5/2020 disposto pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, traz:

Art. 1º Para os efeitos deste Ato Conjunto, a monitoração eletrônica será aplicável à medida cautelar diversa da prisão ou medida protetiva de urgência, na forma da lei. § 1º A monitoração eletrônica poderá, ainda, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, ser cumulada com a utilização da unidade portátil de rastreamento (botão do pânico) para a mulher em situação de violência.

Art. 2º A monitoração eletrônica e/ou a utilização da unidade portátil de rastreamento deverão ser aplicadas somente quando verificada a necessidade de vigilância, preferencialmente, depois de demonstrada a insuficiência, a inadequação ou o descumprimento de outra medida cautelar diversa da prisão ou de medida protetiva de urgência, considerando-se, para tanto, a gravidade da infração e as circunstâncias do fato, entre outros fundamentos observados pelo juiz.

Dito isto, mais uma vez o monitoramento eletrônico traz soluções e resultados positivos. No referido caso, as mulheres poderão sentir um pouco de tranquilidade, pois, quando o agressor estiver por perto, ela será avisada, bem como, a polícia será comunicada e fará a sua proteção. Para o agressor é uma esperança de ressocialização, uma vez que ele estará no meio social, juntamente com sua família.

3.5 MONITORAMENTO EM TEMPOS DE COVID-19

O instituto do monitoramento eletrônico em tempos de pandemia se mostrou uma ferramenta muito útil e eficaz no ordenamento jurídico brasileiro. O conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicou orientações baseadas em estudos da OMS para o combate do novo coronavírus em todo o território nacional e principalmente nos estabelecimentos penais. A súmula N° 62 de 17 de março de 2020 do CNJ, no qual, incentiva os tribunais e magistrados a tomarem medidas para diminuir a proliferação do vírus que assola o Brasil e o resto do mundo.

Assim, dando seguimento ao raciocínio, eis a resolução N° 62 disposta pelo Conselho Nacional de Justiça em 2020, que prevê em seu Artigo 1º recomendações para as medidas cabíveis:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

Parágrafo único.

As recomendações têm como finalidades específicas:

I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo daqueles que integram o grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;

II – redução dos fatores de propagação do vírus, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais;

III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal.

O sistema penitenciário de prontidão sofreu alterações em seu sistema para minimizar ao máximo o contágio do vírus nas prisões, a suspensão de visitas e atendimentos jurídicos foram suspensas, o uso de máscara se tornou obrigatório, testagem rápida dos casos suspeitos, isolamento dos infectados, essas foram algumas das melhorias. De acordo com Anderson torres, secretário de segurança pública de Brasília, “a testagem rápida dos casos suspeitos, isolamento dos contaminados, incrementos das medidas de higiene e desinfecção das instalações, bem como a instalação urgente de um hospital de campanha junto ao Complexo da Papuda foram algumas das determinações”. (AGÊNCIA BRASILIA, 2020)

Apesar das medidas tomadas, segundo o DEPEN, em relatório atualizado, no sistema penitenciário nacional foram 8751 presos infectados, o que corresponde a 1,17% da população prisional brasileira, atualmente com 748.009 presos. Embora a taxa de infecção no sistema prisional esteja 10% maior que na população em geral, a taxa de mortalidade, calculada a cada mil habitantes, está 4,3 vezes menor em relação à população brasileira em geral (0.39%). (CNJ, 2020)

Portanto, somente esses cuidados não são totalmente eficazes, visto que alguns apenados são portadores de doenças crônicas, algumas são gestantes e o sistema penitenciário possui problemas de superlotação, a súmula 62 recomenda o monitoramento eletrônico como alternativa para prevenir à Covid-19. A orientação técnica do conselho nacional de justiça disponível no item 2.1 prevê a monitoração eletrônica como instrumento capaz de racionalizar a porta de entrada e, igualmente, a saída do sistema prisional, seja como medida cautelar ou substituição à prisão, a aplicação em harmonia com os direitos e garantias fundamentais, considera seu caráter temporário e proporcional, além de subsidiário em relação à aplicação de alternativas penais, quando for o caso. (CNJ, 2020)

Conforme já exposto, essa súmula é apenas uma recomendação, que ficará sujeita a análise e decisão dos tribunais e magistrados. Como de praxe, as decisões sempre buscam o melhor para a sociedade, conforme acórdão nº 1243952, pelo relator JESUINO RISSATO no TJDF:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR CUMULADA COM OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. PACIENTE DIABÉTICO E CARDIOPATA. GRUPO DE RISCO PARA COVID-19. ORDEM

CONCEDIDA. 1. Considerando a Resolução nº 62/2020, do CNJ, diante da pandemia de COVID-19, o quadro de saúde do paciente e as circunstâncias do fato, a prisão preventiva deve ser substituída pela prisão domiciliar com monitoramento eletrônico e afastamento do paciente do trabalho, medidas cautelares que se mostram suficientes para evitar a prática de novas infrações penais, no caso concreto. 2. Ordem concedida. CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA. MAIORIA, VENCIDO

O VOGAL. BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 0707658-67.2020.8.07.0000, 2020.

Nesse mesmo toar, segue a jurisprudência que se baseia na recomendação do CNJ, para colocar em liberdade mediante monitoramento eletrônico um idoso que está no grupo de risco, acórdão de número 1245311:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DA REITERAÇÃO DELITIVA. GRUPO DE RISCO DO COVID-19. PACIENTE IDOSO EM PRISÃO PREVENTIVA HÁ MAIS DE 90 (NOVENTA) DIAS. EXCEPCIONALIDADE. RECOMENDAÇÃO Nº. 62 DO CNJ. ORDEM CONCEDIDA. 1. Além das orientações do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº. 62, no sentido de que os Tribunais e magistrados adotem medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. 2. Na espécie, considerando que se trata de paciente idoso que responde a crime praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa, isto é, por Estelionato, não se justifica a sua prisão por mais de 140 (cento e quarenta) dias; e sem uma definição para a conclusão do julgamento, a inserir-se, assim, este fato jurídico nas novas disposições do artigo 316 parágrafo único, do Código de Processo Penal, trazidas pela Lei Anticrime (13.964/2019), no sentido de que as prisões preventivas devem ser reavaliadas a cada 90 (noventa dias). Revoga-se a prisão preventiva para que o paciente responda ao processo em liberdade mediante monitoração eletrônica, se porventura não estiver cumprindo pena por outro processo. 3. Ordem concedida. Alvará de soltura. CONCEDER A ORDEM. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA. UNÂNIME. BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 0705062-13.2020.8.07.0000, 2020.

Portanto, o uso do monitoramento eletrônico se mostra cada vez mais importante e se reafirma como uma alternativa para o cumprimento de pena, vale ressaltar, que no início da utilização no Brasil, inúmeros debates ocorreram acerca da eficácia desse instituto, nos dias atuais com as medidas tomadas pela justiça em busca de melhorias para o sistema penitenciário, apenas ratificam a importância e a potencialização para melhorias e maiores investimentos para esse instituto.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, urge-se a matéria mostrando indispensável os direitos fundamentais do homem na sociedade, pois englobam um conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos ligados à soberania do povo, garantindo uma convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, cor ou condição econômica. A maior parte desses direitos e garantias assegurados estão previstos na Constituição.

Saindo um pouco da esfera nacional, os direitos humanos dos presos nos pactos internacionais são de suma importância para a busca de um sistema penitenciário humanizado e que proteja os condenados. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem foi o primeiro documento internacional a tratar especificamente sobre direitos humanos, que nos dias atuais tem tomado grandes proporções, visto que muitas vezes os presos têm esses direitos violados. Uma regra de extrema importância são as de Tóquio, tratando da elaboração das medidas não privativas de liberdade, estabelecendo uma preocupação com a humanização da execução da pena, e o estabelecimento de diretrizes para evitar o aumento da população carcerária e, conseqüentemente, a superlotação das prisões. As regras de Bangkok traz o tratamento das mulheres presas e as medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Por fim, trata das regras de Nelson Mandela, que está ligada diretamente ao tratamento dos reclusos, visando assegurar os direitos e garantias.

Em seguida, o estudo analisa, inicialmente, o contexto histórico da pena, com destaque para três períodos, os quais são, vingança divina, vingança privada e vingança pública, a evolução da pena e as teorias da pena. Seguidamente, serão apresentadas as classificações da Pena, podendo ser privativa de liberdade, restritiva de direito e multa, para esclarecer quais suas finalidades. Em continuidade, serão apresentados alguns dos principais direitos assegurados aos presos na Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Trabalhar-se-á ainda os tipos de regimes penais existentes no Brasil, expondo suas regras e condições. finalizando com um breve entendimento da compatibilidade entre o princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena, portanto, tem-se que a execução provisória das penas privativas de liberdade, não fere o princípio da presunção de inocência.

Finalmente, é destinado ao monitoramento eletrônico de presos, sendo necessário conhecer esse instituto, passando pela sua criação, características e sistema. Trata também do histórico, experiências no Brasil e em outros países, podendo ressaltar que esse instituto obteve números expressivos de forma positiva, sendo assim, indispensável nos dias de hoje.

Um dos aspectos positivos do monitoramento é a diversidade em que pode ser usado, podendo ser medida alternativa nos regimes semiaberto e aberto, prisão domiciliar, substituição de prisão preventiva, saída temporária e medida cautelar diversa de prisão. Por fim, o monitoramento está sendo uma solução para os casos de maior relevância na esfera atual, os casos de violência contra as mulheres aumentam gradativamente, ano após ano, mesmo com a lei Maria da Penha limitando a aproximação das os agressores não se sentem intimidados e continuam cometendo tais crimes, visto que não há uma fiscalização efetivo, e o monitoramento eletrônico é utilizado para isso, vigiar e comunicar os passos do réu. Já o monitoramento eletrônico na COVID-19 é meio de salvar vidas, pois nem todas as pessoas que estão nas penitenciárias têm saúde para conviver com os riscos trazidos por essa doença. Assim, deverão cumprir pena em suas residências, mediante uso de tornozeleira, correndo o menor risco possível.

Diante da análise ao tema e estudo proposto, é possível responder, que o monitoramento eletrônico mostrou-se um meio satisfatório e eficaz para o ordenamento jurídico Brasileiro, pois resolve problemas antigos, como superlotação nos presídios, falta de estabelecimentos penais previstos em lei, e o mais importante, atinge a finalidade da pena, pois o reeducando está reinserido no meio social, com sua família, trabalhando e estudando. Sem contar os problemas atuais, gravíssimos, em que o instituto pode evitar mortes, seja por mulheres, vítimas de homens, ou pela pandemia que assola o mundo.

Portanto, é necessário que o poder público dê um maior amparo ao monitoramento eletrônico de presos, invista em mais recursos, mais estudos, maior contingente de funcionários, pois nem todas as comarcas possuem este instituto, algumas possuem mas não tem equipamento ou funcionários suficientes. É de extrema importância que esse modelo cresça ainda mais no Brasil, para a reincidência dos presos diminuir gradativamente, tendo assim um sistema penal exemplar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASÍLIA. Medidas de enfrentamento ao coronavírus ganham reforço nos presídios. Publicado: 11/04/2020 Disponível em:

<<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/11/medidas-de-enfrentamento-ao-coronavirus-ganham-reforco-nos-presidios/>>. Acesso em: 11, nov. 2020.

ALMEIDA, Aline Virgens. O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Ciências Jurídicas e Políticas. Rio de Janeiro/RJ, 2014.

ALVES, Valdivino. Qual a diferença entre os regimes fechado, semiaberto e aberto?

Disponível em: <<http://ddez.com.br/2013/11/19/qual-diferenca-entre-regimes-fechadosemiaberto-aberto>>. Acesso em 2, nov. 2020.

ALVES, Verena Holanda de Mendonça. Função social da pena na atual legislação brasileira: espécies e finalidades. Conteúdo Jurídico. 2013. Brasília-DF. Disponível em:

<<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/33318/funcao-social-da-pena-na-atual-legislacao-brasileira-especies-e-finalidades>>. Acesso em: 11 set 2020.

AMARAL, Marilda Ruiz; BATISTELA, Jamila Eliza. As regras mínimas para o tratamento de prisioneiros da ONU e a Lei de Execução Penal Brasileira: Uma breve comparação. 2008. Disponível em

<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/1661/1583>> Acesso em 09 set. 2020.

ARAÚJO, Tatiana Daré et al. O desafio da reintegração social do preso: Uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2015. Brasília/DF. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4375/1/td_2095.pdf> Acesso em 18 nov. 2020.

AVENA, Norberto. Execução penal: esquematizado. 1. ed. São Paulo: Forense, 2014.

BASTOS, Paula Britto; REBOUÇAS, Gabriela Maia. Regras de Mandela: Um estudo das condições de encarceramento no Brasil segundo a Resolução da ONU. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva. Julho-Dezembro, 2018. v. 4, n. 2, p. 146-162. Disponível em

<<https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/4999/pdf>> Acesso em 09 set. 2020.

BATISTA, Pollyana. Prisão Domiciliar: o que é e como funciona. Publicado: 18/06/2018 Disponível em:

<<https://www.estudopratico.com.br/prisao-domiciliar-o-que-e-e-como-funciona/>>. Acesso em 14/11/2020

BITENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal: parte geral. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto lei 978/1992 - Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. 2009. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticia>> Acesso em 07 set. 2020.

BRASIL. Decreto lei 3.689/1941. Art 318 e 319. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm> Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL, Lei nº 3.689/1941,art. 282. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656127/artigo-282-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941>> Acesso em 19 de novembro de 2020

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. HABEAS CORPUS-CRIMINAL 0713846-47.2018.8.07.0000. Órgão Julgador: 3ª Câmara Criminal; Publicação: Processo Publicado no DJE em 09/11/2018; Julgamento: 08 de novembro de 2018; Disponível em:

<<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/646752652/7138464720188070000-df-0713846-4720188070000/inteiro-teor-646752671?ref=serp>>. Acesso em: 14 de Novembro de 2020

BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Segredo de Justiça 0707658-67.2020.8.07.0000; Órgão Julgador: 3ª Câmara Criminal; Publicação: Processo Publicado no DJE em 04/05/2020; Julgamento: 16 Abril de 2020; Relator: JESUÍNO RISSATO. Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/840078981/7076586720208070000-segredo-de-justica-0707658-6720208070000?ref=serp>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. HABEAS CORPUS-CRIMINAL 0707840-53.2020.8.07.0000. Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal; Publicação: Processo Publicado no DJE em 06/05/2020; Julgamento: 23 de abril de 2020; Rel. JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA. Disponível em:

<<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/842377687/7078405320208070000-df-0707840-5320208070000>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Processo: 0405704-74.2016.8.09.0087. Juiz titular: Roberto Neiva Borges. Decisão proferida no evento 30.1 em 06/11/2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 2009.

CALDEIRA, Felipe Machado. A evolução histórica, filosófica e teórica da pena. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, nº 45, v. 12, 2009.

CAPPI, Carlo Crispim Baiocchi. As Regras de Tóquio e as medidas alternativas. 2002. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/3118/as-regras-de-toquio-e-as-medidas-alternativas>> Acesso em 08 set. 2020.

CARVALHO, José de Bessa (Juiz):PORTARIA 01/2019. disponível em: fórum local da comarca de Itumbiara, Goiás.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.Conselho Nacional de Justiça.

<<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

COELHO, Pedro: Monitoramento Eletrônico: Sistema “Back Door” ou “Front Door”? Disponível em:

<<https://blog.ebeji.com.br/monitoramento-eletronico-sistema-back-door-ou-front-door/>>. Acesso em: 17, nov 2020.

Conselho Nacional de Justiça. Súmula N° 62, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

<<https://atos.cnj.jus.br/files/original160026202003305e82179a4943a.pdf>>.Acesso em 11 de novembro de 2020.

Conselho Nacional de Justiça. Orientação técnica. Disponível em:

<<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Monitorac%C3%A7%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica-CNJ.pdf>>. Acesso em: 11, nov 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Coordenação: Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi. Brasília: CNJ, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela). Disponível em https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf> Acesso em 09 set. 2020.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

Curso de Direito Constitucional. 23. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DA REDAÇÃO: Projeto endurece as regras para concessão de saída temporária de presos, Agência Senado, publicado em 25/10/2019. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/25/projeto-endurece-as-regras-para-concessao-de-saida-temporaria-de-presos>>. Acesso em: 14, nov 2020

DECLARAÇÃO AMERICANA dos Direitos e Deveres do Homem. Disponível em

< https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm> Acesso em 07 set. 2020.

DELA-BIANCA, Naiara Antunes. Monitoramento eletrônico de presos. Pena alternativa ou medida auxiliar da execução penal?. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2748, 9 jan. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/18126>>.

DEPEN: COVID-19 e o sistema prisional - a abordagem necessária. Publicado: 03/08/2020 Disponível em:<<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/covid-19-e-o-sistema-prisional-2013-a-abordagem-necessaria-covid-19-e-o-sistema-prisional-2013-a-abordagem-necessaria>>. Acesso em: 11, nov 2020.

DIAS, Felipe da Veiga; GORCZEVSKI, Clóvis. A imprescindível contribuição dos tratados e cortes internacionais para os direitos humanos e fundamentais. 2012. Disponível em

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217770552012000200011&lng=en&nrm=iso> Acesso em 07 set. 2020.

Documento Oficial Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em<<https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/preamble.html>> Acesso em 06 set. 2020.

DONIZETTI, Elpidio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 14ª Edição. Editora Atlas. 2010

DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Assinada em São Francisco, no dia 26/06/1945 com entrada em vigor no dia 24/10/1945 juntamente com a Carta das Nações Unidas. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/EstCortIntJust.html>> Acesso em 06 set. 2020.

ESTEFAM, André. Direito Penal, 1: parte geral. 5ª Ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARACO, Marcela. As formas alternativas de solução dos conflitos: A Arbitragem. Jusbrasil, 2014. Disponível em <<http://marcelafaraco.jusbrasil.com.br/publicacoes>> Acesso em 11 set. 2020.

FAVORETTO, Affonso Celso. Princípios Constitucionais Penais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FERREIRA, Luiz Fernando Mendes. Teoria Geral das Penas: princípios gerais e trajetória das funções das penas à luz da dignidade da pessoa humana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário de Anápolis. Anápolis/GO. 2019.

FIORENTINO, Flávio (Juiz): PORTARIA 03/2018. disponível em: fórum local da comarca de Itumbiara, Goiás.

FREITAS, Gustavo Miguel Soares de.; MIRANDA, João Irineu de Resende; PELINSKI, Pâmela. Regras de Bangkok frente a realidade das mulheres encarceradas no Brasil. 2017. Disponível em <<https://sites.uepg.br/simposiocs/docs/gt6/033.pdf>> Acesso em 08 set. 2020.

Marco Antônio Gerald de. Considerações acerca das funções da pena. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade do Norte Novo de Apucarana. Apucarana/PR. 2017.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal, parte geral. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral. 19. ed. Niterói: Impetus, 2016. HESSE, Konrad. Temas fundamentais do direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009.

JACOB, Cleilson. A evolução das penas e a contribuição do agente penitenciário na execução penal, como fator ressocializador do preso: Uma análise frente à lei de execução penal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Rondônia. Cacoal/RO, 2016.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MACEDO, Celina Maria. Monitoramento Eletrônico: uma alternativa à prisão? Experiências Internacionais e perspectiva no Brasil.

JESUS, Damásio Evangelista de. Penas Alternativas – Anotações à Lei n. 9.714, de 25 de novembro de 1998. São Paulo: Saraiva, 2000.

JUNIOR, Antônio Coelho Soares. As regras de Tóquio e as medidas não privativas de liberdade no Brasil e na Itália: breves considerações. 2013. Disponível em

<<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-111/as-regras-de-toquio-e-as-medidas-nao-privativas-de-liberdade-no-brasil-e-na-italia-brevemente-consideracoes/#:~:text=As%20Regras%20de%20T%C3%B3quio%20foram,n%C2%BA%2045%2F110%2C%20oficialmente%20denomina%20das>> Acesso em 08 set. 2020

Machado, Nara Borgo Cypriano. Crise no sistema penitenciário brasileiro: o monitoramento eletrônico como medida de execução penal. 2009. Disponível em:

http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2913.pdf>. Acesso: 11 de novembro de 2020

MARACAJÁ, Luciano de Almeida. Princípios constitucionais penais: uma (re) leitura do princípio da individualização da pena. 2013. Disponível em<<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/principios-constitucionais-penais-uma-re-leitura-do-principio-da-individualizacao-da-pena/>> Acesso em 04 set. 2020.

MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal esquematizado – Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

MAZZI, Carolina: Violência doméstica dispara na quarentena: como reconhecer, proteger e denunciar, O Globo, Publicado: 01/05/2020 Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-protger-denunciar-24405355>>. Acesso em: 11, nov 2020.

MENDES, Jéssica Coura. Direitos de Quarta Dimensão: Dos ideais iluministas aos impasses éticos atuais. 2014. Disponível em

<<https://jus.com.br/artigos/27836/direitos-de-quarta-dimensao>> Acesso em 03 set. 2020

Ministério da Justiça. Página 16 John Howard Society of Alberta. Electronicmonitoring.

Disponível em: <http://www.johnhoward.ab.ca>. Acesso em 01 de Novembro de 2020. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Manual de Direito Penal-Parte Geral. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2005

MORAES, Henrique Viana Bandeira. Dos Sistemas Penitenciários. 2013. Disponível em

<<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/dos-sistemas-penitenciarios/>> Acesso em 16 set. 2020.

MORAES, Katia. Biblioteca prisional e leitura como instrumento para ressocialização do indivíduo.Revista Biblío. Jun, 2018. Disponível em

<<http://biblio.info/biblioteca-prisional-e-leitura-como-instrumento-para-ressocializacao-do-individuo/>> Acesso em 05 set. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização da pena. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 12ª Ed. Forense, 2015.

PAULINO, Galtênio da Cruz. A execução provisória da pena e o princípio da presunção de inocência. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 16 – n. 50, p. 207-232 – jul/dez. 2017. Disponível em <[http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-50-julho-dezembro-2017/a-execucao-provisoria-da-pena-e-o-principio-d a-presuncao-de-inocencia](http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-50-julho-dezembro-2017/a-execucao-provisoria-da-pena-e-o-principio-d-a-presuncao-de-inocencia)> Acesso em 15 set. 2020.

PICCIRILLO, Miguel Belinati; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. Direitos Fundamentais: a evolução histórica dos direitos humanos, um longo caminho. 2009. Disponível em

<<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direitos-fundamentais-a-evolucao-historica-dos-direitos-humanos-um-longo-caminho/>> Acesso em 07 set. 2020

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Politize. Violência Doméstica no Brasil: desafios do isolamento. Publicado: 02/07/2020 Disponível em: <<https://www.politize.com.br/violencia-domestica-no-brasil/>>. Acesso em: 11, nov 2020.

POLL, Roberta Eggert. Regras de Bangkok: Análise do Sistema Carcerário feminino brasileiro à luz dos recentes entendimentos jurisprudenciais e legislativos sobre o tema. 2019. Revista Liberdades. 27. Ed. Disponível em<http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=336> Acesso em 09 set. 2020.

PRADO, Luís Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PRADO, Rodrigo. Autorizações de saída na Lei de Execuções Penais. Publicado: 18/06/2018 Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/436751955/autorizacoes-de-saida-na-lei-de-execucoes-penais>>. Acesso em 14/11/2020

PRUDENTE, Neemias Moretti. Sozinho mas não esquecido: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de infratores. O Monitoramento Eletrônico em Debate. Lumen Juris, 2012. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/NovasAquisicoes/2012-09/936947/sumario.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

Reis, Fábio André Silva. Monitoramento Eletrônico de Prisioneiros: breve análise comparativa entre as experiências inglesa e sueca. 2004. Disponível em:

<http://www.lfg.com.br/artigos/Blog/MonitoramentoEletronicodePrisioneiros_FabioAndreSilvaReis.pdf>. Acesso: 11 de novembro de 2020

RÍO, Miguel Angel Iglesias; PARENTE, Juan Antonio Pérez. La pena de localización permanente y seguimiento com médios de control electrónico. Net, México, 2006. Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México.

RODRÍGUEZ-MAGARIÑOS, Faustino Gudín. La cárcel electrónica. El modelo delderechonorteamericano. Revista La Ley Penal – número 21, año II, noviembre 2005.

SILVA, Haroldo Caetano da. Manual da execução penal / Haroldo Caetano da Silva. Campinas: Bookseller, 2001.

SANTOS, Jaqueline Santana dos. Teorias da Pena: Escorço histórico, fundamentos e finalidades. 2015. Revista do Curso de Direito, Sergipe, nº 01, vol. 05, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SCHEFFER, Fabrício da Silva. O uso de monitoração eletrônica como alternativa ao encarceramento. Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35833/000816790.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 de novembro de 2020.

sem autor: Tornozeleira eletrônica efetiva Lei da Maria da Penha para agressor e vítima, Disponível em: <<http://www.dpi.oliciacivil.pr.gov.br/arquivos/File/tornozeleira.pdf>>. Acesso em: 11, nov 2020.

sem autor: Você sabe quando é possível a prisão domiciliar? Disponível em:

<<https://www.vladvogados.com/prisao-domiciliar/5>>. Acesso em: 14, nov 2020.

SILVA, Antônio Julião da. Apostila de Execução Penal. 2011. Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SMITH, Russel G. Eletronic Monitoring in the Criminal Justice System.

<<https://www.aic.gov.au/publications/tandi/tandi254>> . Acesso em 9 de novembro de 2020.

SOUZA, Gustavo. Gerações de Direitos Fundamentais. 2017. Disponível em

<<https://direitoconstitucional.blog.br/geracoes-de-direitos-fundamentais-da-1a-a-5a-geracao/>>
Acesso em 01 set. 2020.

TALON, Evinis. O que faremos com o regime semiaberto?. Disponível em:

<<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/20/o-que-faremos-com-o-regimesemiaberto/>>
Acesso em

TÁVARO, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. Ed. Jus Podivm. 5ª ed. Bahia 2011.

THUMÉ, Paulo Renato. Uma abordagem acerca das penas e sua execução na legislação penal brasileira. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul/RS. 2015.

Tribunal de Justiça do RN. ATO CONJUNTO N.º 05, Publicado: 27/05/2020 Disponível em:

<http://www.tjrn.jus.br/images/botao_panico.pdf>. Acesso em: 11, nov 2020.

NOTAS

Nota 1

Pacto de San José da Costa Rica sobre direitos humanos completa 40 anos. 2009. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticia>> Acesso em 07 set. 2020.

Nota 2

As Regras de Tóquio estão divididas em oito partes: 1. Princípios gerais; 2. Fase anterior ao processo; 3. Fase processual e de julgamento; 4. Aplicação das penas; 5. Execução das medidas não privativas de liberdade (supervisão e descumprimento das medidas alternativas); 6. Pessoal (disciplina dos funcionários); 7. Voluntariado e outros recursos da coletividade; 8. Investigação, planificação, elaboração das políticas e avaliação (pesquisas e formulação de políticas criminais).